

**EDITAL Nº 1/2021-XXIVPSE-MPMS**

**XXIV PROCESSO DE SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul (MPMS) **COMUNICA A ABERTURA DAS INSCRIÇÕES** para o XXIV Processo de Seleção de Estagiários do MPMS, com vagas destinadas a estudantes dos níveis de ensino superior e médio regularmente matriculados e com frequência efetiva em instituições de ensino oficial, devidamente credenciadas na data de assinatura do Termo de Compromisso de Estágio, autorizadas e/ou reconhecidas nos órgãos competentes e conveniadas com o MPMS, conforme detalhamento abaixo:

**1. Nível superior/pós-graduação:** alunos em cursos de especialização, mestrado ou doutorado que sejam **bacharéis em Direito** ou **graduados nas seguintes áreas** de conhecimento: **Administração; Área Ambiental\*; Área de Tecnologia da Informação\*\*; Arquitetura e Urbanismo; Audiovisual; Ciências Contábeis; Comunicação/Jornalismo; Design Gráfico; Economia; Engenharia Civil; Engenharia Elétrica; Estatística; e Serviço Social** e possuam **pós-graduação em áreas correspondentes, conforme disposto no subitem 7.1.3 do Capítulo I deste Edital.**

\*Ciências Biológicas, Engenharia Agrônômica, Engenharia Ambiental ou Sanitária, Engenharia Florestal, Geografia (bacharelado), Geologia e Gestão Ambiental.

\*\* Análise e Desenvolvimento de Sistemas em Java; Ciência de Dados e *Big Data Analytics*; Computação Forense e Perícia Digital; Desenvolvimento Orientado em Objetos em Java; *Design* Instrucional; Engenharia de *Software*; Gestão em Tecnologia da Informação; Gestão Estratégica de Tecnologia da Informação; Segurança da Informação; Tecnologia da Informação para Estratégia e Negócios.

**2. Nível superior/graduação:** graduandos em Administração; Análise e Desenvolvimento de Sistemas; Arquitetura e Urbanismo; Ciência da Computação; Ciências Contábeis; Ciências Econômicas; Comunicação/Jornalismo; Direito; Engenharia Ambiental ou Sanitária; Engenharia Civil; Engenharia de Computação; Engenharia Elétrica; Geografia; Letras; Psicologia; Publicidade e Propaganda; Segurança da Informação; Serviço Social; Sistema de Informação; Sistema para Internet; Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas.

**3. Nível médio/ensino médio:** alunos que possuam a idade mínima de 16 (dezesseis) anos completos na data da assinatura do Termo de Compromisso de Estágio (art. 10 da Resolução nº 15/2010-PGJ, de 27 de julho de 2010).

Antes de realizar sua inscrição, o candidato deverá ler este edital e certificar-se de que atenderá a todos os requisitos exigidos para o ingresso nas funções de estagiário e para o exercício destas, conforme estabelecido na Resolução nº 15/2010-PGJ, caso venha a ser escolhido para prover vaga de estágio no MPMS.

**I – DAS INFORMAÇÕES GERAIS**

**1.** O processo seletivo objeto deste Edital será executado pela Fundação de Apoio à Pesquisa, ao Ensino e à Cultura (FAPEC), reservando-se à Comissão do Processo Seletivo designada pelo Procurador-Geral de Justiça, por intermédio da **Portaria nº 1246/2021-PGJ, de 16 de abril de 2021**, publicada no Diário Oficial do Ministério Público (DOMP-MS) nº 2.420, p. 8, de 19 de abril de 2021, retificada pela **Portaria nº 1585/2021-PGJ, de 11 de maio de 2021**, publicada no DOMP-MS nº 2.436, p. 3, de 12 de maio de 2021, as decisões de mérito sobre os atos e fatos que envolvam o certame.

**2.** Este Edital tem por finalidade estabelecer as regras e as condições que serão observadas no procedimento de seleção de candidatos interessados em ocupar as vagas oferecidas neste processo seletivo.

3. O candidato será o único responsável pela tomada de conhecimento das atribuições da função, bem como das datas, locais, horários e procedimentos pertinentes regidos por este Edital.

4. O candidato deverá ler, conhecer e compreender este Edital, de forma clara, e certificar-se de que preenche todos os requisitos exigidos para se inscrever na vaga escolhida, sendo de sua exclusiva responsabilidade a inserção de documentos ou informações exigidas no Edital.

4.1. A efetivação da inscrição do candidato implica o conhecimento e a tácita aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital, sobre as quais não poderá alegar desconhecimento.

5. O estágio compreende o exercício transitório de funções auxiliares do Ministério Público, conforme previsto na Lei Orgânica do MPMS (Lei Complementar Estadual nº 72, de 18 de janeiro de 1994, com suas alterações) e é regido pelas disposições da Lei Federal nº 11.788, de 25 de setembro de 2008.

6. Os direitos, deveres e obrigações do exercício transitório da função de estagiário no MPMS estão regulamentados pela Resolução nº 15/2010-PGJ (disponível no Portal do MPMS por meio do [link https://www.mpms.mp.br/atos-e-normas/download/15128](https://www.mpms.mp.br/atos-e-normas/download/15128)), publicada no Diário da Justiça (DJ) nº 2.247, fls. 245-250 (disponível no Portal do TJMS por meio do [link https://www.tjms.jus.br/webfiles/GP/diarios/2247-DJ-30072010-Signed.pdf](https://www.tjms.jus.br/webfiles/GP/diarios/2247-DJ-30072010-Signed.pdf)).

7. Poderão participar do processo seletivo classificatório os estudantes regularmente matriculados e com frequência efetiva nos cursos e níveis de ensino discriminados adiante.

**7.1. Nível superior/pós-graduação** (especialização, mestrado, doutorado).

7.1.1. A carga horária para os estagiários de nível superior/pós-graduação será de 30 (trinta) horas semanais, divididas em 6 (seis) horas diárias, com bolsa-auxílio no valor de R\$ 1.800,00 (mil e oitocentos reais), conforme a Resolução nº 1/2016-PGJ, de 17 de março de 2016 (disponível para acesso no [link https://www.mpms.mp.br/atos-e-normas/download/29686](https://www.mpms.mp.br/atos-e-normas/download/29686)).

7.1.2. A instituição educacional que oferece os cursos de pós-graduação, *lato* ou *stricto sensu*, deverá ser obrigatoriamente credenciada pelo Ministério da Educação (MEC), na forma da lei, e os cursos de pós-graduação a distância deverão ter um credenciamento específico no MEC para tal fim.

7.1.3. O curso de pós-graduação deverá ter carga mínima de 360 (trezentas e sessenta) horas-aula e seu conteúdo programático deverá estar relacionado a atividades afetas às funções institucionais do Ministério Público ou com estas afins.

7.1.3.1. Serão admitidos os estagiários de nível superior/pós-graduação em Direito cuja área de conhecimento da pós-graduação esteja relacionada no **Anexo VII** deste Edital.

7.1.3.2. Serão admitidos os estagiários de nível superior/pós-graduação dos cursos da **Área Ambiental** cuja graduação e a pós-graduação sejam nas seguintes áreas: Ciências Biológicas, Engenharia Agrônômica, Engenharia Ambiental ou Sanitária, Engenharia Florestal, Geografia (bacharelado), Geologia ou Gestão Ambiental.

7.1.3.3. Serão admitidos os estagiários de nível superior/pós-graduação do curso de **Desenvolvimento de Sistemas** cuja graduação e a pós-graduação sejam nas seguintes áreas: Análise de Sistemas (bacharelado), Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Análise e Desenvolvimento de Sistemas (tecnológico), Sistemas de Informação e Tecnologia em Sistemas para Internet.

7.1.3.4. Serão admitidos os estagiários de nível superior/pós-graduação dos cursos de **Administração; da Área Ambiental\*; da Área de Tecnologia da Informação\*\*; de Arquitetura e Urbanismo; de Audiovisual; de Ciências**

**Contábeis; de Comunicação/Jornalismo; de Design Gráfico; de Economia; de Engenharia Civil; de Engenharia Elétrica; de Estatística; e de Serviço Social**, cuja graduação e a pós-graduação sejam na mesma área de formação.

**7.1.4.** Aos estagiários de nível superior/pós-graduação incumbem as mesmas tarefas práticas dos estagiários de graduação, diferenciando-se apenas com relação ao nível especializado de conhecimento aplicado às atividades desenvolvidas, que ensejam a aplicação preponderante dos conhecimentos adquiridos na graduação e na área de especialização.

**7.1.5.** O período desenvolvido pelo estagiário de nível superior/pós-graduação em Direito contará como tempo de atividade jurídica para fins de ingresso na carreira do Ministério Público, nos termos do § 3º do art. 129 da Constituição Federal e do art. 1º da Resolução nº 40, de 26 de maio de 2009, do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP).

**7.1.5.1.** Para contagem de tempo como atividade jurídica, o estágio deverá ter duração mínima de 1 (um) ano, com carga horária não inferior a 30 (trinta) horas semanais.

**7.1.6.** Somente será admitido ao estágio o estudante de nível superior/pós-graduação cujo período restante de realização do curso de pós-graduação seja compatível com 6 (seis) meses letivos de estágio, tendo em vista a necessidade de atendimento ao disposto no art. 4º da Resolução nº 15/2010-PGJ.

**7.1.7.** As vagas serão preenchidas durante o período de vigência do presente processo seletivo, mediante convocação dos candidatos aprovados, de acordo com a ordem de classificação.

## **7.2. Nível superior/graduação.**

**7.2.1.** A carga horária do estágio e a bolsa mensal correspondente, conforme estabelecido na Resolução nº 1/2016-PGJ, serão:

**7.2.1.1.** Para os **estagiários de cursos de graduação em Direito**, especificamente, carga horária de 20 (vinte) horas semanais, divididas em 4 (quatro) horas diárias, com bolsa-auxílio no valor de **R\$ 743,91** (setecentos e quarenta e três reais e noventa e um centavos);

**7.2.1.2.** Para os **estagiários dos demais cursos de graduação**, a cumprir 5 (cinco) horas diárias ou 25 (vinte e cinco) horas semanais, a bolsa-auxílio terá o valor de **R\$ 855,50** (oitocentos e cinquenta e cinco reais e cinquenta centavos).

**7.2.2.** Em nenhuma hipótese será contratado ou mantido na função o candidato aprovado que esteja cursando **somente dependência** ou **somente disciplina** em razão de **adaptação de grade**.

**7.2.3.** Para as vagas disponíveis aos **acadêmicos do curso de Direito (nível superior/graduação)**, apenas será admitido o candidato aprovado que, comprovadamente, até a data da posse, possua o aproveitamento de 50 (cinquenta) por cento das disciplinas no semestre anterior, salvo se não houver candidato que cumpra este requisito.

**7.2.3.1.** Para os **candidatos aprovados nos demais cursos ofertados**, referido requisito estará dispensado, devendo ser observada apenas a disposição do item 7.2.2 deste Capítulo.

**7.2.4.** Não será admitido ao estágio o estudante de **nível superior/graduação** que estiver matriculado no **último semestre do curso no momento da convocação**, tendo em vista a necessidade de cumprimento de pelo menos 6 (seis) meses letivos de estágio, em conformidade com o disposto no art. 4º da Resolução nº 15/2010-PGJ.

**7.2.5.** As vagas serão preenchidas durante o período de vigência do presente processo seletivo, mediante convocação dos candidatos aprovados, de acordo com a ordem de classificação.

**7.2.5.1.** Após o prazo de inscrição, **não serão aceitos pedidos de alteração** da cidade indicada para concorrer ao credenciamento, com a ressalva do disposto no Capítulo VIII, item 4.2, que se refere excepcionalmente aos candidatos de Direito.

### **7.3. Nível médio/ensino médio.**

**7.3.1.** A carga horária para os **estagiários do nível médio** será de 20 (vinte) horas semanais, divididas em 4 (quatro) horas diárias, com bolsa-auxílio no valor de **R\$ 646,88** (seiscentos e quarenta e seis reais e oitenta e oito centavos), conforme a Resolução nº 1/2016-PGJ.

**7.3.2.** Em nenhuma hipótese será contratado ou mantido na função o candidato aprovado que esteja cursando **somente dependência** ou **somente disciplina** em razão de **adaptação de grade**.

**7.3.3.** Não será admitido ao estágio o estudante de **nível médio** que estiver cursando o **último semestre do 3º ano do ensino médio no momento da convocação**, tendo em vista a necessidade de cumprimento de pelo menos 6 (seis) meses letivos de estágio, em conformidade com o disposto no art. 4º da Resolução nº 15/2010-PGJ.

**7.3.4.** As vagas serão preenchidas durante o período de vigência do presente processo seletivo, mediante convocação dos candidatos aprovados, de acordo com a ordem de classificação.

**8.** Não será admitido como estagiário do MPMS o candidato aprovado que exerça função em diretoria de partido político, visto que esse tipo de atividade é incompatível com o estágio no Ministério Público.

**9.** O estagiário terá direito ao auxílio-transporte, cujo valor corresponderá a 2 (duas) tarifas de transporte coletivo urbano por dia efetivamente estagiado, considerando a tarifa fixada na Capital como valor de referência, conforme ato do Procurador-Geral de Justiça do MPMS.

**10.** O período de estágio é de no máximo 2 (dois) anos e no mínimo 6 (seis) meses, exceto quando se tratar de pessoa com deficiência, que poderá atuar até a conclusão do curso, conforme disposto no art. 4º da Resolução nº 15/2010-PGJ.

**10.1.** Será compreendido como conclusão do curso na instituição de ensino, ainda que ocorra no período de vigência do Termo de Compromisso de Estágio: o encerramento do último semestre letivo, para os estagiários de nível superior/graduação e nível médio; a defesa de trabalho de conclusão de curso, nos casos de estagiário de nível superior/pós-graduação.

**11.** Este processo seletivo não afetará o cadastro de reserva eventualmente existente na Promotoria de Justiça, em razão de processo seletivo próprio, o qual terá primazia na ordem de convocação.

## **II – DAS VAGAS**

**1.** O presente processo seletivo visa ao preenchimento das vagas de estágio existentes em quaisquer dos cursos acima especificados, bem como à formação de cadastros de reserva, para o fim de suprir as vagas que vierem a ocorrer durante o seu prazo de validade nas comarcas indicadas no **Anexo I** deste Edital.

## **III – DA SELEÇÃO**

**1.** A seleção se dará por meio de: **prova objetiva e discursiva aos bacharéis em Direito (nível superior/pós-graduação) e aos acadêmicos do curso de Direito (nível superior/graduação); e prova objetiva** aos interessados nas vagas dos **outros cursos, nível superior/pós-graduação e graduação, bem como do ensino médio**, nas quais serão avaliados, além do conhecimento específico, os conhecimentos gerais, conforme relação de matérias descritas no **Anexo II** deste Edital.

**2.** A prova será de caráter eliminatório e classificatório, avaliada de zero a cem pontos, composta por questões objetivas do tipo múltipla escolha, contendo cada questão 1 (um) enunciado e 5 (cinco) alternativas identificadas pelas letras “a”, “b”, “c”, “d” e “e”, entre as quais apenas uma será correta.

**3.** Será considerado aprovado na prova objetiva o candidato que obtiver aproveitamento **igual ou superior a 50% (cinquenta por cento)** das questões formuladas na prova objetiva e o candidato com pontuação abaixo desse índice ou que tenha tirado nota zero em qualquer modalidade, para todos os cargos, será considerado reprovado.

**4.** Será considerado aprovado o candidato concorrente às vagas destinadas aos **bacharéis em Direito (nível superior/pós-graduação)** e aos **acadêmicos do curso de Direito (nível superior/graduação)** que obtiver aproveitamento igual ou superior a 50% (cinquenta por cento) das questões da **prova objetiva** e aproveitamento igual ou superior a 50% (cinquenta por cento) das questões da **prova discursiva** e o candidato com pontuação **abaixo desses índices ou que tirar nota zero em qualquer modalidade, para todos os cargos, será considerado reprovado.**

#### **IV – DAS INSCRIÇÕES**

**1.** As inscrições serão realizadas, conforme definido no cronograma constante no Anexo IX deste Edital, exclusivamente no período das **8h do dia 6 de dezembro de 2021 às 23h59min do dia 24 de janeiro de 2022, horário oficial de Mato Grosso do Sul**, apenas pela internet, no endereço eletrônico [www.fapec.org/concursos](http://www.fapec.org/concursos), onde estarão disponibilizados, para preenchimento e impressão, o formulário de inscrição, o boleto bancário e o edital do processo seletivo, contendo toda a regulamentação.

**1.1.** Para efetivar a inscrição, devem ser realizados os seguintes passos:

- a) acessar o *site* da FAPEC por meio do *link* [www.fapec.org/concursos](http://www.fapec.org/concursos);
- b) selecionar o *link* "Inscrições";
- c) clicar na opção “XXIV Processo de Seleção de Estagiários do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul”;
- d) selecionar a vaga pretendida;
- e) preencher a ficha de inscrição;
- f) optar pelo município de realização da prova;
- g) concordar com as normas do concurso;
- h) confirmar dados – estes devem ser preenchidos corretamente, sob pena de eliminação do processo seletivo; e
- i) efetuar o pagamento do boleto bancário referente à taxa de inscrição dentro do prazo previsto para encerramento das inscrições, conforme o item 1.1.1.

**1.1.1.** O pagamento da taxa de inscrição deverá ser efetuado até o dia 25 de janeiro de 2022, observando sempre o horário de funcionamento do sistema bancário nacional.

**1.1.2.** Na “Área do Candidato”, ficarão disponibilizadas todas as informações sobre os dados do candidato e sua inscrição.

**1.1.3.** O candidato deverá efetuar o pagamento do boleto bancário até **1 (um) dia útil** após o encerramento das inscrições, observando sempre o horário de funcionamento do sistema bancário nacional.

**1.1.4.** É de responsabilidade do candidato a atualização de seus dados cadastrais, tais como endereço completo, telefones e endereço eletrônico (*e-mail*), nos casos de alteração ocorrida após a inscrição.

**1.1.5.** As informações dos dados cadastrais prestadas no ato da inscrição serão de exclusiva responsabilidade dos candidatos.

**1.1.6.** No ato da inscrição, o candidato deverá optar pelo município de **realização da prova**.

**1.1.7.** A FAPEC não se responsabilizará por solicitação de inscrição não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, ausência de conexão, falta de integridade dos arquivos enviados no sistema, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.

**2.** O candidato deverá recolher a taxa de inscrição no valor de:

- a) R\$ 80,00 (oitenta reais)**, para os candidatos de **nível superior/pós-graduação** (especialização, mestrado e doutorado);
- b) R\$ 40,00 (quarenta reais)**, para os candidatos de **nível superior/graduação**;
- c) R\$ 20,00 (vinte reais)**, para os candidatos de **nível médio**.

**2.1.** A inscrição do candidato será efetivada somente após a confirmação, na FAPEC, do pagamento da taxa de inscrição pela rede bancária.

**2.1.1.** É de responsabilidade exclusiva do candidato, 48 (quarenta e oito) horas após o pagamento, conferir, no endereço eletrônico <https://concurso.fapec.org>, se os dados da inscrição efetuada pela internet foram recebidos e se foi reconhecido o pagamento do valor da inscrição e devidamente efetivada esta.

**2.1.2.** Em caso negativo, o candidato deverá entrar em contato com a FAPEC, pelos telefones (67) 3345-5910 ou 3345-5915, e pelo *e-mail* [concurso@fapec.org](mailto:concurso@fapec.org) para verificar o ocorrido.

**2.1.3.** O candidato deverá acompanhar a situação da inscrição pela área do candidato.

**2.1.4.** É vedada a inscrição condicional, a extemporânea, a via postal, a via fac-símile (*fax*) ou a via correio eletrônico.

**2.1.5.** É vedada a transferência do valor pago a título de taxa para terceiros ou que forem realizados em instituições financeiras não oficiais ou correspondentes, assumindo o candidato a responsabilidade pelo pagamento e pela conferência de seu cômputo dentro da data prevista no item 1.1.1.

**2.2.** O valor referente ao pagamento da taxa de inscrição não será devolvido, salvo em caso de decisão da Comissão do Processo Seletivo.

**2.3.** O candidato que efetuar o pagamento da taxa de inscrição com cheque sem a necessária provisão de fundos terá sua inscrição cancelada.

**2.4.** O candidato somente será considerado inscrito neste processo seletivo após ter cumprido todas as instruções previstas neste Edital e seu nome constar no edital de deferimento das inscrições.

**3.** Os candidatos amparados pela Lei Estadual nº 2.557, de 13 de dezembro de 2002, com as alterações advindas da Lei Estadual nº 3.201, de 18 de abril de 2006, que trata de **isenção da taxa de inscrição** dos concursos públicos do Estado de Mato Grosso do Sul para desempregados, deverão proceder conforme estabelecido no Decreto Estadual nº 11.232, de 27 de maio de 2003, com as alterações advindas do Decreto nº 11.238, de 29 de maio de 2003, que regulamenta a referida lei e demais alterações; os candidatos amparados pela Lei Estadual nº 2.887, de 21 de setembro de 2004, que trata de isenção do pagamento de taxa de inscrição em concursos públicos promovidos por quaisquer dos poderes da administração pública do Estado de Mato Grosso do Sul aos doadores voluntários de sangue, e os candidatos amparados pela Lei Estadual nº 4.827, de 10 de março de 2016, com a redação dada pela Lei nº 5.129, de 27 de dezembro de 2017, referente aos doadores de medula óssea, deverão proceder conforme disposto nessas leis.

**3.1.** O candidato, para obter a isenção da taxa de inscrição, deverá acessar o endereço eletrônico [www.fapec.org/concursos](http://www.fapec.org/concursos) e:

- a)** efetuar no sistema a inscrição no XXIV Processo de Seleção de Estagiários do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul;



b) assinalar “sim” no campo de solicitação de isenção;  
c) anexar no sistema, em arquivo PDF (**arquivo único**), o requerimento preenchido de isenção da taxa de inscrição, constante no Anexo IV deste Edital, juntamente à documentação comprobatória do direito à isenção da taxa de inscrição.

**3.2.** O candidato perderá os direitos decorrentes da isenção deste processo de seleção se não cumprir o estabelecido neste Edital.

**3.3.** O candidato que apresentar comprovante inidôneo ou firmar declaração falsa para se beneficiar da isenção perderá os direitos decorrentes da inscrição no processo de seleção, sendo considerado inabilitado, além de responder pela infração na forma do art. 299 do Código Penal.

**3.4.** O requerimento do pagamento de isenção do valor da inscrição será indeferido, se o candidato:  
a) omitir informações e/ou torná-las inverídicas;  
b) fraudar e/ou falsificar documentação;  
c) deixar de apresentar qualquer dos documentos previstos nas referidas leis;  
d) não observar a forma, o prazo e os horários previstos neste Edital; e  
e) não consignar, de forma expressa e precisa, as informações necessárias à sua avaliação, e/ou apresentar anexos que estejam ilegíveis, mesmo que parcialmente.

**3.5.** Os documentos, após sua entrega, não poderão ser substituídos ou devolvidos e não será permitido acrescentar outros documentos aos já entregues.

**3.6** O candidato que tiver seu requerimento de isenção de taxa indeferido deverá efetivar sua inscrição em conformidade com o disposto no **item 1** deste Capítulo.

**3.7.** A inscrição do candidato no processo seletivo implica o pleno conhecimento e aceitação dos termos e condições estabelecidos no presente Edital e na Resolução nº 15/2010-PGJ, dos quais não poderá o candidato alegar desconhecimento.

**3.8.** O candidato que tenha seu pedido de isenção de taxa indeferido e mantenha interesse em permanecer no processo seletivo deverá fazer o pagamento da respectiva inscrição até o dia **25 de janeiro de 2022**.

**3.8.1.** O candidato que tenha seu pedido de isenção indeferido, caso não efetue o pagamento do boleto até a data de encerramento das inscrições, estará automaticamente excluído do processo seletivo.

**3.9.** Não serão estornados valores das inscrições daqueles candidatos contemplados com isenção e que já tenham efetivado o pagamento da inscrição a que se refere este Edital.

## **V - CANDIDATOS QUE NECESSITAM DE ATENDIMENTO DIFERENCIADO OU CONDIÇÕES ESPECIAIS DE ATENDIMENTO**

**1.** É assegurado ao candidato o direito de requerer atendimento diferenciado ou condições especiais de atendimento, mesmo que momentâneas, para realização das provas.

**1.1.** O atendimento diferenciado consistirá em: fiscal leitor, fiscal transcritor, intérprete de libras, prova ampliada, acesso e mesa para cadeirante, tempo adicional para a realização da prova e espaço para amamentação ou outra necessidade a ser analisada pela Comissão do Processo Seletivo.

**1.2.** Não se incluem nos atendimentos diferenciados o atendimento domiciliar, o hospitalar e transporte.

**1.3.** O candidato que necessitar de condição especial para a realização das provas deverá solicitá-la durante o período das inscrições, por meio de formulário disponível no **Anexo III** deste Edital, o qual deverá ser anexado no ato da inscrição ou na área do candidato até o fim do período de inscrições.

**1.4.** Juntamente com o **Anexo III**, o candidato deverá dispor de documento legível que comprove a condição que motiva a solicitação de atendimento diferenciado ou a necessidade de condições especiais de atendimento”, para ser considerado válido para análise, o qual deve conter:

- a) nome completo do participante e as informações prestadas pelo candidato no ato da inscrição;
- b) diagnóstico com a descrição da condição que motivou a solicitação e o código correspondente à Classificação Internacional de Doença (CID 10); e
- c) assinatura e identificação do profissional competente, com respectivo registro no Conselho Regional de Medicina (CRM), Registro do Ministério da Saúde (RMS) ou registro de órgão competente, em caso de apresentação de laudo médico ou profissional da área, sendo feita a verificação de seu registro junto ao respectivo órgão.

**1.4.1.** Os documentos descritos nos itens 1.3 e 1.4 deste Capítulo deverão ser anexados no ato da inscrição ou posteriormente, dentro do período de inscrição, na área do candidato, em arquivo único, no formato PDF (com no máximo 2 MB).

**1.5.** O candidato que necessitar fazer uso de medicamentos, e/ou equipamento médico imprescindível, no decorrer das provas deverá informar a necessidade conforme estabelecido no item 1.3 deste Capítulo.

**1.5.1.** Para a aplicação ou uso do medicamento e/ou equipamento médico imprescindível, o candidato deverá utilizar exclusivamente a sala de coordenação para uso e/ou aplicação, não sendo permitida a utilização dentro da sala de prova, salvo em casos de implantes e medicamentos subcutâneos, cuja deliberação será feita à parte pela Comissão do Processo Seletivo mediante apresentação do laudo médico (anexo no ato da inscrição).

**1.5.2.** O candidato estará a todo o momento acompanhado de um fiscal.

**1.6.** Em se tratando de solicitação de tempo adicional para a realização das provas objetiva e discursiva, o candidato também deverá encaminhar justificativa acompanhada de parecer emitido por especialista da área de sua deficiência, em conformidade com o § 2º do art. 4 do Decreto Federal nº 9.508, de 24 de setembro de 2018.

**1.7.** Ao deficiente visual que solicitar prova especial ampliada serão oferecidas provas com tamanho de letra correspondente a corpo 24.

**1.8.** Fica assegurado à mãe o direito de amamentar seus filhos **de até 6 (seis) meses** de idade durante a realização de provas, devendo a candidata lactante que tiver necessidade de amamentar levar acompanhante maior de 18 (dezoito) anos, que ficará em espaço reservado e se responsabilizará pela criança durante a ausência da mãe enquanto ela realiza o certame, não podendo em momento algum haver comunicação entre a candidata e o acompanhante quanto a questionamentos sobre a prova.

**1.8.1.** Para a realização da prova, a candidata lactante deverá levar acompanhante e fazer sua inscrição observando o preenchimento do requerimento específico constante no Anexo III deste Edital.

**1.8.2.** A candidata lactante poderá ausentar-se temporariamente da sala de prova, acompanhada de um fiscal, contudo, nesse caso, o tempo de prova não será estendido.

**1.9.** Não será permitida a permanência de crianças menores de idade dentro do prédio de aplicação das provas, salvo no caso das crianças aludidas no item 1.8, quando houver candidata que seja mãe lactante.

**1.10.** Somente será concedido o atendimento diferenciado àqueles candidatos que cumprirem o estabelecido neste Edital, observados os critérios de viabilidade e razoabilidade.



**1.11.** O atendimento diferenciado para realização da prova não implicará a concorrência do candidato em vaga destinada a pessoa com deficiência.

## **VI – DAS VAGAS DESTINADAS AOS CANDIDATOS COM DEFICIÊNCIA, AOS NEGRO E AOS ÍNDIOS**

**1.** Ao **candidato que for pessoa com deficiência** é assegurado o direito de inscrição no presente processo seletivo, observadas as condições abaixo discriminadas.

**1.1.** Serão considerados pessoas com deficiência aqueles candidatos que se enquadrarem nas categorias discriminadas no art. 4º do Decreto Federal nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, e suas alterações, bem como os candidatos com visão monocular, conforme a Lei Estadual nº 3.681, de 27 de maio de 2009; a Súmula nº 377 do Superior Tribunal de Justiça e o Enunciado AGU nº 45, de 14 de setembro de 2009.

**1.2.** Não serão considerados como deficiência visual os distúrbios de acuidade visual passíveis de correção.

**1.3.** Os candidatos com deficiência que forem aprovados no processo seletivo constarão de listagem geral com a divulgação do resultado, registrada a respectiva classificação, figurando também em listagem distinta, entre os candidatos inscritos nessa condição.

**1.4.** Ficam reservadas às pessoas com deficiência **10% (dez por cento)** do total de vagas a serem preenchidas, para os estudantes que, no momento da inscrição, declararem tal condição e cujas atribuições sejam compatíveis com as especificidades que possuem.

**1.5.** O candidato que pretenda concorrer às vagas reservadas deverá declarar, no ato da inscrição, sob as penas da lei, ser pessoa com deficiência, definindo a espécie, o grau ou o nível da deficiência correspondente.

**1.6. Durante o período das inscrições,** o candidato deverá anexar em arquivo **PDF (arquivo único)**, pela área do candidato, laudo médico de deficiência e/ou documentação complementar (exames que comprovem sua deficiência, Carteira Nacional de Deficientes), com os respectivos laudos médicos (com todas as páginas carimbadas e rubricadas pelo médico), conforme o art. 3º, IV, do Decreto nº 9.508/2018, não devendo esses laudos conter quaisquer rasuras, ou documentos congêneres que atestem a condição de pessoa com deficiência, para que esta condição de participação seja avaliada pela Comissão do Processo Seletivo.

**1.7.** Para assegurar previsão de adaptação de sua prova, o candidato deverá anexar a solicitação para realização de prova especial conforme estabelecido no Capítulo V.

**1.8.** O não atendimento aos itens acima sujeitarão o candidato à realização da prova nas mesmas condições que as pessoas sem deficiência.

**2.** Os estudantes poderão concorrer ao **Sistema de Cotas para Minorias Étnico-Raciais**, ficando reservadas aos candidatos que, no momento da inscrição, se declararem negros ou índios **as cotas de 30% (trinta por cento)** e de **3% (três por cento)**, respectivamente, das vagas a serem preenchidas, em observância à Lei Estadual nº 3.594, de 10 de dezembro de 2008, alterada pela Lei Estadual nº 4.900, de 27 de julho de 2016, ao Decreto Estadual nº 13.141, de 31 de março de 2011, e à Resolução nº 217, de 15 de julho de 2020, do CNMP.

**2.1.** Serão considerados como minorias étnico-raciais, para fins do disposto no **item 2 deste Capítulo**, os seguintes grupos:

**2.1.1. Negros**, definidos como aqueles classificados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) ou portadores do registro público indicando a sua categoria racial;

**2.1.2. Indígenas**, definidos como aqueles portadores da carteira de identidade expedida pela FUNAI ou da carta da comunidade indígena à qual pertença.

**2.2.** O candidato que, **no ato da inscrição**, declarou-se negro ou indígena deverá preencher o formulário disponível no **Anexo V**, e anexá-lo em arquivo PDF (arquivo único), pela área do candidato, para que esta condição de participação seja avaliada pela Comissão do Processo Seletivo.

**2.3.** O candidato aprovado que se declarou negro ou indígena, após a divulgação do resultado da prova escrita e antes da homologação do certame, poderá ser entrevistado por integrantes da Comissão do Processo Seletivo, ou a quem esta nomear para tanto, a fim de ser constatada a veracidade da declaração firmada pelo candidato inscrito como cotista.

**2.4.** O não atendimento aos itens acima excluirá o candidato inscrito na condição de negro ou de índio da lista específica, permanecendo somente na listagem geral.

**3.** Conforme disposição do art. 49, § 7º, da Resolução nº 15/2010-PGJ, quando houver apenas 1 (uma) vaga a ser preenchida e houver candidato com deficiência classificado para o cargo, ele deverá ser chamado para ocupar a vaga.

**4.** Havendo mais de uma vaga disponível, aos estudantes que concorrerem aos sistemas descritos nos itens 1 e 2 deste Capítulo ficarão destinadas as vagas da seguinte forma:

**4.1.** Caso a aplicação do percentual estabelecido nos itens 1 e 2 resulte em número fracionado, este será elevado para o primeiro número inteiro subsequente, em caso de fração igual ou maior que 0,5 (cinco décimos), ou diminuído para o número inteiro imediatamente inferior, em caso de fração menor que 0,5 (cinco décimos).

**4.2.** Haverá reserva imediata de vagas para os candidatos deficientes nos cursos com número de vagas igual ou superior a 5 (cinco), ressalvada a situação prevista no item 3.

**4.2.1.** O primeiro candidato deficiente classificado no processo seletivo será convocado para ocupar a 5ª vaga aberta, relativa ao curso para o qual se inscreveu, enquanto os demais candidatos deficientes classificados serão convocados, a cada intervalo de 10 (dez) vagas providas, para ocupar a 15ª, a 25ª, a 35ª e a 45ª vagas, e assim sucessivamente, observada a ordem de classificação, relativamente à criação de novas vagas, durante o prazo de validade do processo seletivo.

**4.3.** Somente haverá reserva imediata de vagas para os candidatos negros nos cursos com número de vagas igual ou superior a 3 (três).

**4.3.1.** O primeiro candidato negro classificado no processo seletivo será convocado para ocupar a 3ª vaga aberta, relativa ao curso para o qual se inscreveu, enquanto os demais candidatos negros classificados serão convocados, a cada intervalo de 3 (três) vagas providas, para ocupar a 6ª, a 9ª, a 12ª, a 15ª e a 18ª vagas, e assim sucessivamente, observada a ordem de classificação, relativamente à criação de novas vagas, durante o prazo de validade do processo seletivo.

**4.4.** Somente haverá reserva imediata de vagas para os candidatos indígenas nos cursos com número de vagas igual ou superior a 17 (dezesete).

**4.4.1.** O primeiro candidato indígena classificado no processo seletivo será convocado para ocupar a 17ª vaga aberta, relativa ao curso para o qual se inscreveu, enquanto os demais candidatos indígenas classificados serão convocados, a cada intervalo de 33 (trinta e três) vagas providas, para ocupar a 50ª, a 83ª, a 116ª e a 149ª vagas, e assim sucessivamente, observada a ordem de classificação, relativamente à criação de novas vagas, durante o prazo de validade do processo seletivo.

**5.** O candidato que se declarar pessoa com deficiência, negro ou índio participará do processo seletivo em igualdade de condições com os demais candidatos, no que tange a conteúdo, avaliação, horário e local de aplicação de

provas, ressalvada, no caso dos candidatos que se declararem deficientes, a situação quanto à forma de prestação e tempo de duração de provas, de acordo com o requerimento do candidato – com base em informação registrada no ato da inscrição – e mediante deliberação da Comissão do Processo Seletivo.

6. As vagas reservadas para candidatos deficientes, negros ou índios que não forem preenchidas serão ocupadas pelos demais candidatos habilitados, com estrita observância à ordem de classificação obtida no processo seletivo.

7. O candidato que firmar declaração falsa para concorrer às vagas destinadas às pessoas com deficiência ou às cotas para negros e índios responderá na forma do art. 299 do Código Penal.

## VII – DAS PROVAS – PROVA OBJETIVA E PROVA DISCURSIVA

1. A prova escrita, **com duração de 4 (quatro) horas**, de caráter eliminatório e classificatório, será realizada no dia **13 de fevereiro de 2022**, nas cidades de: Água Clara, Amambai, Anastácio, Anaurilândia, Angélica, Aparecida do Taboado, Aquidauana, Bandeirantes, Bataguassu, Batayporã, Bela Vista, Bonito, Brasilândia, Caarapó, Camapuã, Campo Grande, Cassilândia, Chapadão do Sul, Corumbá, Costa Rica, Coxim, Deodápolis, Dois Irmãos do Buriti, Dourados, Eldorado, Fátima do Sul, Glória de Dourados, Iguatemi, Inocência, Itaporã, Itaquiraí, Ivinhema, Jardim, Maracaju, Miranda, Mundo Novo, Naviraí, Nioaque, Nova Alvorada do Sul, Nova Andradina, Paranaíba, Pedro Gomes, Ponta Porã, Porto Murtinho, Ribas do Rio Pardo, Rio Brilhante, Rio Negro, Rio Verde de Mato Grosso, São Gabriel do Oeste, Sete Quedas, Sidrolândia, Sonora, Terenos e Três Lagoas, em local e horário a serem divulgados nos portais do MPMS ([www.mpms.mp.br](http://www.mpms.mp.br)) e da FAPEC ([www.fapec.org/concursos](http://www.fapec.org/concursos)), bem como no DOMP-MS.

### 1.1. Da Prova Objetiva

1.1.1. Será aplicada **prova objetiva** para todos os cargos/áreas de atividade, de caráter eliminatório e classificatório. As questões serão do tipo múltipla escolha, contendo cada questão 1 (um) enunciado e 5 (cinco) alternativas identificadas pelas letras “a”, “b”, “c”, “d” e “e”, com apenas 1 (uma) alternativa correta, abrangendo os objetos de avaliação constantes do **Anexo II** deste Edital, conforme os quadros a seguir.

NÍVEL MÉDIO			
CURSO	DISCIPLINA	Nº DE QUESTÕES	PONTOS POR QUESTÃO
Ensino médio	Língua Portuguesa	15	2,0
	Matemática	15	
	Noções de Informática	20	

NÍVEL SUPERIOR			
GRADUAÇÃO EM	DISCIPLINA	Nº DE QUESTÕES	PONTOS POR QUESTÃO
Direito	Noções de Informática	5	1,25
	Conhecimentos específicos	35	
	Redação (prova discursiva)	1	50,00
Análise e Desenvolvimento de Sistemas; Ciência da Computação; Engenharia de Computação; Segurança de Informação; Sistema de Informação; Sistema para Internet; Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas	Língua Portuguesa	10	2,5
	Noções de Direito	5	
	Conhecimentos específicos	25	
Administração; Arquitetura e Urbanismo; Ciências Contábeis; Ciências Econômicas; Comunicação/Jornalismo; Engenharia Ambiental ou Sanitária; Engenharia Civil; Engenharia Elétrica; Geografia; Letras; Psicologia; Publicidade e Propaganda; Serviço Social	Língua Portuguesa	10	2,5
	Noções de Informática	5	
	Noções de Direito	5	
	Conhecimentos específicos	20	

NÍVEL SUPERIOR			
PÓS-GRADUAÇÃO EM	DISCIPLINA	Nº DE QUESTÕES	PONTOS POR QUESTÃO
Direito	Noções de Informática	5	1,25
	Conhecimentos específicos	35	
	Redação (prova discursiva)	1	50,00
Área de Tecnologia da Informação**	Língua Portuguesa	10	2,0
	Noções de Direito	10	
	Conhecimentos específicos	30	
Administração; Área Ambiental*; Arquitetura e Urbanismo; Audiovisual; Ciências Contábeis; Comunicação/Jornalismo; Design Gráfico; Economia; Engenharia Civil; Engenharia Elétrica; Estatística; e Serviço Social	Língua Portuguesa	10	2,0
	Noções de Informática	5	
	Noções de Direito	10	
	Conhecimentos específicos	25	

\*Ciências Biológicas, Engenharia Agrônômica, Engenharia Ambiental ou Sanitária, Engenharia Florestal, Geografia (bacharelado), Geologia e Gestão Ambiental.

\*\*Ciência de Dados e Big Data *Analytics*; Desenvolvimento Orientado em Objetos em Java; *Design* Instrucional; Engenharia de *Software*; Gestão em Tecnologia da Informação; Segurança da Informação; Tecnologia da Informação para Estratégia e Negócios; Análise e Desenvolvimento de Sistemas em Java; Gestão Estratégica de Tecnologia da Informação; Computação Forense e Perícia Digital.

## 1.2. Da Prova Discursiva (apenas para os acadêmicos do curso de Direito, nível superior/graduação e pós-graduação)

1.2.1. Será corrigida a prova discursiva do candidato à função de estagiário em Direito (nível superior/graduação e pós-graduação) habilitado na prova objetiva nos termos do Capítulo III, item 3 deste Edital.

1.2.2. A prova discursiva valerá **50,00 (cinquenta) pontos** e consistirá na elaboração de texto de no mínimo 30 (trinta) e no máximo 40 (quarenta) linhas. O candidato que redigir texto que não se enquadre na quantidade mínima e máxima estabelecida anteriormente não terá sua prova discursiva corrigida e será **eliminado** do processo seletivo.

1.2.3. A prova discursiva será aplicada juntamente com a prova objetiva e serão considerados os seguintes aspectos, conforme especificado no **Anexo VIII**, cujo texto segue transcrito:

- Estrutura e desenvolvimento do texto dissertativo-argumentativo;
- Organização e progressão textual;
- Adequação temática;
- Aspectos de coesão e coerência do texto; e
- Emprego da norma culta da língua portuguesa.

1.2.4. O candidato deverá preencher a prova discursiva, em letra legível, com caneta esferográfica de tinta azul ou preta indelével, fabricada em material transparente, não sendo permitida a interferência ou a participação de outras pessoas, salvo em caso de candidato a quem tenha sido deferido atendimento especial para a realização das provas.

1.2.4.1 Não haverá substituição da prova discursiva por causa de erro no seu preenchimento, ficando expressamente proibida a utilização de qualquer corretivo.

1.2.5. Receberá nota **zero** na prova discursiva e será **eliminado** deste processo seletivo o candidato que:

- não produzir o gênero textual solicitado;
- fugir à temática e à tipologia propostas;
- apresentar, em sua prova discursiva, qualquer marca, desenho ou elemento que o identifique;
- empregar menos de 30 (trinta) ou mais de 40 (quarenta) linhas em seu texto;

- e) não apresentar seu texto na prova discursiva;
- f) entregar a prova discursiva em branco;
- g) apresentar a prova discursiva com letra ilegível;
- h) apresentar a prova discursiva com espaçamento excessivo entre letras, palavras, linhas, parágrafos e margens;
- i) apresentar a prova discursiva desarticulada verbalmente ou com códigos alheios à Língua Portuguesa escrita;
- j) apresentar a prova discursiva apenas com números, escrita a lápis, ou com tinta em cor diferente das cores azul ou preta.

**1.2.6.** Os critérios de correção da prova discursiva estão descritos no **Anexo VIII** deste Edital.

**2.** A nota da prova corresponderá à soma dos pontos atribuídos às questões, observando-se aos candidatos acadêmicos do curso de Direito (nível superior/graduação e pós-graduação) a soma da nota da prova objetiva com a da prova discursiva.

**3.** A FAPEC não enviará nenhum tipo de correspondência aos candidatos informando os locais e horários de realização das provas objetiva e discursiva.

**3.1.** É atribuída aos candidatos a responsabilidade pelo conhecimento dos respectivos locais e horários de realização das provas.

**4.** Recomenda-se que o candidato compareça ao local de realização das provas com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos do horário fixado para fechamento dos portões, munido de caneta esferográfica transparente azul ou preta e do original de um dos seguintes documentos de identidade:

- a) Registro Geral de Identidade (RG);
- b) Carteira de Identidade Militar;
- c) Carteira Nacional de Habilitação (CNH) com foto;
- d) Carteira de Identidade Profissional emitida pelo órgão competente;
- e) Carteira de Trabalho e Previdência Social.

**4.1. Não serão aceitos** como documentos de identificação:

- a) cópia do documento de identidade, ainda que autenticada em cartório, nem protocolo deste documento;
- b) certidões de nascimento;
- c) Cadastro de Pessoa Física (CPF);
- d) títulos eleitorais;
- e) carteiras de motorista (modelo sem foto);
- f) carteiras de estudante;
- g) carteiras funcionais sem valor de identidade;
- h) carteira/certificado de reservista;
- i) documentos ilegíveis, não identificáveis e/ou danificados ou qualquer documento digital;
- j) quaisquer outros não especificados nas alíneas “a”, “b”, “c”, “d” e “e” do item 4.

**4.2.** Caso o candidato esteja impossibilitado de apresentar, no dia de realização das provas, documento de identidade original, por motivo de perda ou furto, deverá substituí-lo por documento que ateste o registro da ocorrência em órgão policial, desde que não tenham se passado mais de 30 (trinta) dias de sua expedição, sendo nessa ocasião o candidato submetido à identificação especial, em formulário próprio, para coleta de dados, assinatura e impressão digital.

**5.** O candidato que, no momento da realização das provas objetiva e discursiva, não apresentar nenhum dos documentos de identidade constantes do item 4 não poderá realizá-las, sendo automaticamente eliminado do processo seletivo.

**6.** A identificação especial será exigida, também, ao candidato cujo documento de identificação apresente dúvidas relativas à fisionomia ou à assinatura do portador.

7. Não será permitido o uso de lápis, lapiseira, borracha e/ou corretivo durante a realização das provas.

8. Em todas as etapas deverão ser respeitadas as orientações do Plano de Biossegurança da FAPEC e do MPMS, além das recomendações da OMS e da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS/OMS).

8.1. Considerando os efeitos que a pandemia da doença causada pelo coronavírus de 2019 (COVID-19) tem provocado na saúde pública mundial, bem como a necessidade de implementação de medidas imediatas visando à preservação, ao controle e à contenção de riscos, de forma a evitar a disseminação da doença, **é obrigatório o uso de máscaras** no local de realização das provas objetivas e discursivas durante todo o período de realização destas.

8.1.1. O descumprimento do uso obrigatório da máscara levará à eliminação do candidato.

8.1.2. A FAPEC disponibilizará em todas as salas de aplicações álcool 70% para uso de todos os candidatos e todos os envolvidos no certame.

8.1.3. Será permitido que o candidato faça uso de luvas descartáveis e que leve sua própria garrafa de água individual.

9. Para entrar na sala de provas, o candidato deverá identificar-se, apresentando ao fiscal o seu documento original de identidade, conforme o item 4 deste Capítulo, e será identificado rigorosamente durante a realização das provas objetivas, devendo na ocasião assinar a lista de presença.

10. Não será admitido na sala de provas o candidato que se apresentar após o horário oficial de Mato Grosso do Sul estabelecido para o fechamento dos portões.

11. A ausência do candidato implicará sua eliminação do concurso, não havendo, em hipótese alguma, outra oportunidade.

12. A duração total das provas será de **4 (quatro) horas** para todos os cursos.

13. O candidato, ao terminar a prova, deverá entregar ao fiscal o cartão-resposta e, quando houver, a prova discursiva, e somente decorridas 2 (duas) horas do início da prova poderá levar consigo o caderno de questões.

13.1. Não será permitida a saída dos candidatos, mesmo que eliminados, do local de realização das provas antes de decorridas 2 (duas) horas do seu início.

14. Os 3 (três) últimos candidatos deverão permanecer na sala, sendo liberados somente quando todos tiverem concluído as provas.

15. O candidato deverá transcrever todas as respostas para o cartão-resposta, que será o único documento considerado válido para a correção eletrônica, assim como deverá transcrever seu texto, em caso de prova discursiva, da folha de rascunho para a folha de redação definitiva.

16. O cartão-resposta e a folha de redação não poderão ser amassados, molhados, dobrados, rasgados, ou de qualquer modo danificados, sob pena de o candidato arcar com os prejuízos advindos da impossibilidade de correção das provas.

17. Não haverá prorrogação do tempo previsto para a aplicação das provas em virtude de afastamento do candidato, por qualquer motivo, da sala de provas e em nenhuma hipótese será realizada qualquer prova fora do local, da data e do horário determinados.



**18.** Durante a prova, não serão permitidos:

- a)** a comunicação entre os candidatos;
- b)** a utilização de equipamentos eletrônicos de qualquer espécie e/ou similares;
- c)** o consumo de bebidas alcoólicas, cigarro ou similares;
- d)** o uso de óculos escuros, relógios ou quaisquer acessórios de chapelaria (chapéu, boné, gorro etc.) ou similares, com exceção daqueles cujo uso se fundamente em motivo religioso ou em razão de tratamento médico;
- e)** a utilização de livros, anotações, régua de cálculos, impressos ou quaisquer outros materiais de consulta ou que não sejam o estritamente necessário para a realização da prova.

**18.1.** Recomenda-se ao candidato, no dia da realização das provas, não levar nenhum aparelho eletrônico. Caso seja necessário o candidato portar algum desses aparelhos eletrônicos, estes deverão ser acondicionados, desligados e/ou sem bateria, no momento da identificação, em embalagem específica a ser fornecida pela FAPEC, devendo permanecer embaixo da mesa/carteira, durante toda a aplicação das provas.

**19.** Será eliminado do XXIV Processo de Seleção de Estagiários do MPMS o candidato cujo celular ou qualquer outro aparelho eletrônico vibrar, tocar, bipar ou produzir qualquer tipo de alarme, mesmo que no modo despertador, durante a realização das provas, **ou que:**

- a)** for surpreendido portando celular fora da embalagem lacrada, mesmo que desligado;
- b)** for surpreendido portando celular ligado, mesmo que dentro da embalagem lacrada;
- c)** for surpreendido portando celular, mesmo que desligado, nos corredores do prédio;
- d)** se utilizar de livros, máquinas de calcular ou equipamento similar, dicionário, notas/anotações ou impressos que não forem expressamente permitidos ou realizar qualquer tipo de comunicação com outro candidato;
- e)** for surpreendido manuseando aparelhos eletrônicos, tais como telefone celular, agenda eletrônica, *notebook*, *palmtop*, receptor, gravador, máquina de calcular, máquina fotográfica, controle de alarme de carro etc., bem como utilizando relógio de qualquer espécie, óculos escuros ou quaisquer acessórios de chapelaria (chapéu, boné, gorro etc.), com exceção daqueles cujo uso se fundamente em motivo religioso ou em razão de tratamento médico;
- f)** for surpreendido durante o período de realização das provas portando algum dos itens já especificados anteriormente;
- g)** for surpreendido portando algum item não especificado anteriormente que, após encaminhado para análise, se prove tentativa de fraude, caso em que será lavrado Termo de Eliminação e o candidato será excluído do certame – se não constatado o indício de tentativa de fraude ou qualquer outro ato que possa produzir prejuízo ao certame, o(s) item(ns) será(ão) condicionado(s) em embalagem fornecida pela FAPEC, que deverá ser lacrada e entregue a um fiscal, que irá acompanhar o candidato até a sala de provas e condicioná-la em embalagem embaixo de sua mesa/carteira;
- h)** for surpreendido dando ou recebendo auxílio para a execução das provas;
- i)** faltar com o devido respeito para com qualquer membro da equipe de aplicação das provas, com as autoridades presentes ou com os demais candidatos;
- j)** se recusar a entregar o material das provas ao término do tempo destinado para a sua realização;
- k)** se afastar da sala, a qualquer tempo, sem o acompanhamento de fiscal;
- l)** ausentar-se da sala, a qualquer tempo, portando o cartão de respostas ou a prova discursiva;
- m)** ausentar-se da sala portando o caderno de prova antes do horário permitido;
- n)** descumprir as instruções contidas no caderno de provas ou no cartão de respostas;
- o)** perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento indevido;
- p)** utilizar ou tentar utilizar meios fraudulentos ou ilegais para obter aprovação própria ou de terceiros;
- q)** for surpreendido portando qualquer tipo de arma, ressalvado o disposto no item 20 deste Capítulo;
- r)** deixar de assinar o cartão-resposta ou a prova discursiva; ou
- s)** não entregar ao fiscal da sala o cartão-resposta ou a prova discursiva.

**20.** Os demais pertences pessoais dos candidatos, tais como bolsas e sacolas, deverão ser acomodados no chão, embaixo da carteira do próprio candidato, onde deverão permanecer até o término das provas.

**21.** Não será permitida a entrada de candidatos no ambiente de provas portando armas de qualquer espécie, à exceção dos casos previstos na Lei Federal nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, e suas alterações, que dispõe sobre o registro, a posse e a comercialização de armas.

**21.1.** O candidato que estiver armado e for amparado pela citada lei deverá solicitar atendimento especial no ato da inscrição, conforme instruções contidas no item 1 do Capítulo V deste Edital.

**21.2.** O candidato que não atender o item 21.1 deste Capítulo será eliminado do processo seletivo.

**22.** Quando, após as provas, for constatado, por meio eletrônico, estatístico, visual, grafológico ou por investigação policial, ter o candidato utilizado processos ilícitos, este terá sua prova anulada e será automaticamente eliminado do processo seletivo.

**23.** Não será permitida, em hipótese alguma, no local de provas, durante sua realização, a permanência de pessoas acompanhantes de candidatos, com a ressalva do disposto no Capítulo V, item 1.8, excepcionalmente para as candidatas lactantes.

**24.** A FAPEC não se responsabilizará pela perda ou extravio de documentos ou objetos do candidato, nem por danos neles causados ocorridos nos locais de aplicação da prova.

**25.** No dia de realização das provas, não serão fornecidas, por qualquer membro da equipe de aplicação e/ou pelas autoridades presentes, informações referentes ao seu conteúdo e/ou aos critérios de avaliação e de classificação.

**26.** À Comissão do Processo Seletivo reserva-se o direito de, a qualquer momento, mandar colher a impressão digital para análise por especialistas em identificação, de qualquer candidato cuja documentação suscitar dúvidas.

**27.** Não haverá 2ª (segunda) chamada para as provas e nem realização de provas fora da data, horário e local estabelecidos para cada candidato.

## **VIII – DO RESULTADO E DA CLASSIFICAÇÃO**

**1.** O resultado e a classificação, observado o disposto no Capítulo III, serão publicados por meio de edital nos endereços eletrônicos das entidades organizadoras, por cidade e em ordem decrescente de nota.

**2.** Em caso de empate na classificação, o desempate será feito em favor do candidato:

- a)** de maior idade [igual ou superior a 60 (sessenta) anos, até o último dia de inscrição conforme o art. 27, parágrafo único, da Lei Federal nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 – Estatuto do Idoso];
- b)** que obtiver a maior pontuação nas questões de conhecimentos específicos;
- c)** que obtiver a maior pontuação nas questões de Língua Portuguesa;
- d)** com mais idade entre os candidatos com idade inferior a 60 (sessenta) anos.

**3.** O acompanhamento das publicações e convocações divulgadas nos endereços eletrônicos do MPMS e da FAPEC e no DOMP-MS **são de inteira responsabilidade dos candidatos.**

**4.** A **lista geral de classificação** será formada apenas por candidatos aprovados nas vagas destinadas aos estudantes do curso de Direito nível superior/graduação, bacharéis em Direito de curso de nível superior/pós-graduação e **\*\*Área de Tecnologia da Informação.**

**4.1.** Para a composição da lista geral de classificação, será considerada a nota final de cada candidato, utilizando-se os critérios de desempate, conforme o item 2 deste Capítulo.

**4.2. A lista geral de classificação (estudantes do curso de Direito nível superior/graduação e bacharéis em Direito de curso de nível superior/pós-graduação)** será utilizada apenas quando não houver candidatos aprovados ou remanescentes nas cidades disponíveis para realização do estágio.

**4.2.1.** Ocorrendo tal fato, será publicado **aviso** para que os candidatos aprovados, constantes na lista geral de classificação, manifestem interesse na vaga disponível na localidade.

**4.2.2.** Para tal ocasião, os candidatos, atendendo às informações indicadas no Edital, deverão manifestar interesse no prazo de 3 (três) dias úteis da publicação do referido **aviso** no DOMP-MS, iniciando-se a contagem do prazo no primeiro dia útil seguinte à publicação.

**4.3. A lista geral de classificação da área de Tecnologia da Informação\*\*** será utilizada quando houver necessidade de uma vaga na área de Tecnologia da Informação.

**4.3.1** Se houver necessidade de vaga de uma área específica, a lista será utilizada de acordo com a classificação da área.

**4.4.** O candidato que for convocado para exercer o estágio em qualquer das listas fica automaticamente excluído da outra lista, ou seja, se nomeado na lista da cidade pela qual optou no momento da inscrição para estagiar, fica excluído da lista geral e vice-versa.

## **IX – DOS RECURSOS**

**1.** O candidato poderá recorrer, no prazo de 2 (dois) a partir da respectiva publicação:

- a)** do resultado da análise de isenção do pagamento da taxa de inscrição;
- b)** da análise de atendimento diferenciado para a realização das provas;
- c)** da divulgação preliminar dos candidatos inscritos;
- d)** do gabarito preliminar da prova objetiva;
- e)** do resultado preliminar; e
- f)** do resultado da prova discursiva.

**2.** O requerimento de recurso deverá ser feito por escrito, assinado pelo candidato e dirigido ao Presidente da Comissão do XXIV Processo de Seleção de Estagiários do MPMS, devendo ser entregue conforme edital específico, que será divulgado a cada resultado.

**3.** Serão indeferidos os recursos que não observarem a forma e o prazo definidos neste Edital e os horários que serão definidos em edital específico.

**3.1.** Não será aceito recurso interposto por fac-símile (*fax*), telex, telegrama ou outro meio não definido nos editais específicos.

**4.** Se, após análise dos recursos, houver anulação de questões da prova, a pontuação correspondente será atribuída a todos os candidatos.

**4.1.** Se houver modificação no gabarito decorrente dos recursos, as provas serão corrigidas de acordo com o gabarito definitivo.

## **X – DA CONVOCAÇÃO E ADMISSÃO**

**1.** Após concluídas todas as etapas, o processo seletivo será homologado por meio de aviso de homologação, após despacho do Procurador-Geral de Justiça.

2. A convocação dos candidatos aprovados ocorrerá no interesse da Administração Superior, por meio do aviso de convocação, que será publicado no DOMP-MS e divulgado no endereço eletrônico do MPMS.

3. A convocação dos candidatos obedecerá rigorosamente à ordem de classificação.

3.1. A convocação dos candidatos se dará por período de estágio, assim, caso o candidato não tenha disponibilidade para determinado período, será chamado o classificado seguinte para aquela vaga, sem que aquele perca sua ordem de classificação, ou seja, aguardará na mesma posição a abertura de nova vaga e respectiva convocação.

3.2. A convocação se dará conforme necessidade e interesse do MPMS e, havendo incompatibilidade de turno para o primeiro candidato da fila, será convocado o próximo candidato da fila, e assim sucessivamente, resguardando ao candidato preterido a ordem de classificação para a próxima convocação.

3.3. Para as vagas de curso de nível superior/pós-graduação da Área de Tecnologia da Informação\*\* a convocação se dará conforme necessidade e interesse do MPMS, de acordo com e disponibilidade de vaga na área: se for específica, será utilizada a classificação do curso; caso contrário, será utilizada a listagem geral.

4. O candidato regularmente convocado deverá manifestar-se, por meio de mensagem eletrônica, **no prazo de 3 (três) dias úteis**, para formalizar manifestação quanto a interesse no exercício do estágio, desistência formal ou transposição para o final de lista, se for o caso, sob pena de decadência do direito de posse no processo de seleção.

5. Formalizada a manifestação de interesse, o candidato deverá apresentar os documentos constantes no item 11 deste Capítulo, conforme sua respectiva inscrição no processo seletivo, **no prazo de 5 (cinco) dias úteis, em local, data e horário estabelecidos em aviso de convocação**. Após a entrega da documentação, será confeccionado o Termo de Compromisso de Estágio.

6. A hipótese de prorrogação do prazo estabelecido para entrega da documentação poderá ser apreciada pelo Coordenador da Gestão de Estagiários de Direito (no caso de estagiários de graduação e pós-graduação na área de Direito) e pela Secretaria-Geral (no caso dos demais estagiários), desde que a circunstância e a motivação alegada impeçam o comparecimento do candidato.

7. Será admitido requerimento de candidatos para transposição de seu nome para o final da lista de classificação, **uma única vez**, para efeitos de futura convocação, no curso do prazo de validade do processo seletivo.

7.1. No ato da nova convocação, o candidato deverá manifestar-se expressamente, **no prazo de 3 (três) dias úteis**, sobre o interesse no exercício do estágio ou desistência, sob pena de decadência do direito de posse no processo seletivo.

8. Terá declarada a decadência do direito de posse em vaga deste processo seletivo o candidato que:

- a) tendo manifestado seu interesse na vaga de estágio e comparecido ao local indicado no aviso, não apresentar, entretanto, no prazo previsto no item 5 deste Capítulo, a documentação necessária;
- b) tendo manifestado seu interesse na vaga de estágio, não comparecer ao local indicado no aviso de convocação nos prazos estabelecidos;
- c) não tendo manifestado opção por desistência formal ou por fim de lista, não comparecer ao local indicado no aviso de convocação nos prazos estabelecidos.

9. A atualização dos endereços eletrônicos e de telefones para contato, bem como o acompanhamento das convocações, divulgadas no endereço eletrônico do MPMS, são de inteira responsabilidade do candidato.

10. Não será confeccionado o Termo de Compromisso de Estágio de candidatos aprovados:

- a) que estejam cursando somente dependência ou somente disciplina em razão de adaptação de grade;
- b) em regime de adaptação de grade curricular do curso;

c) que já tenham ocupado, pelo período máximo de 2 (dois) anos (previsto na Lei Federal nº 11.788/2008) vaga de estágio remunerado no MPMS no mesmo nível e na mesma área.

**11. Para admissão, todos os candidatos** deverão apresentar os seguintes documentos:

- a) fotocópia legível do RG e do CPF;
- b) 1 (uma) foto 3X4 (três por quatro), recente e colorida;
- c) atestado médico que comprove a aptidão clínica necessária à realização das atividades de estágio, por meio de anamnese e exame físico;
- d) certidão de inexistência de antecedentes criminais das localidades onde o candidato houver residido nos últimos 5 (cinco) anos, emitida pelas Justiças Federal e Estadual, e pelas Polícias Federal e Estadual;
- e) declaração de ausência dos impedimentos previstos nos arts. 42 e 50 da Resolução nº 15/2010-PGJ e no art. 19 da Resolução CNMP nº 42 (modelo disponível no Portal do MPMS – [link](#) Estagiários);
- f) ficha de cadastro (disponível no Portal do MPMS – [link](#) Estagiários);
- g) declaração de que não exerce função em diretoria de partido político (Anexo VI);
- h) comprovante de conta-corrente no Banco do Brasil S/A.

**11.1.** É também obrigatória para a admissão dos candidatos **bacharéis em Direito de nível superior/pós-graduação e dos demais cursos de nível superior/pós-graduação** contemplados neste Edital a apresentação de:

- a) fotocópia legível de seu diploma de nível superior/graduação ou certificado de conclusão de curso, ficando, neste último caso, pendente a entrega do diploma após sua efetiva emissão pela instituição de ensino;
- b) declaração ou certidão de matrícula atualizada, emitida por instituição de ensino conveniada com o MPMS, em curso de pós-graduação (especialização, mestrado ou doutorado), desenvolvido em uma das áreas de conhecimento especificadas, em que constem as datas de início e término do curso e sua carga horária total – não será aceito documento que não contenha todas essas informações.

**11.2.** É também obrigatória para a admissão dos candidatos de nível médio e de nível superior/graduação a apresentação de declaração ou certidão de matrícula atualizada, emitida por instituição de ensino conveniada com o MPMS, em que constem as seguintes informações:

- a) ano letivo, turno e semestre;
- b) o número de dependências de disciplinas (se houver); e
- c) data prevista para conclusão do curso.

**11.2.1.** Caso o acadêmico não possua dependências e reprovações, a declaração deverá conter essa informação expressa e, em todo o caso, deverá ser acompanhada pelo respectivo histórico escolar.

**11.2.2.** Não será aceito documento que não contenha todas essas informações

## **XI – DO PRAZO DE VALIDADE**

O presente processo de seleção terá validade de 1 (um) ano, contado da data da sua homologação, prorrogável por até 1 (um) ano, a critério do MPMS.

## **XII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**1.** O candidato poderá, a qualquer tempo, ser excluído do processo seletivo, desde que verificada qualquer ação ou omissão que caracterize conduta de má-fé ou para lograr proveito próprio ou de terceiros, assim também compreendida a apresentação de documentos que não correspondam à realidade de sua condição civil ou à veracidade da situação escolar no que diz respeito a matrícula e frequência no curso informado.

**2.** Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão do Processo Seletivo.

Campo Grande – MS, 2 de dezembro de 2021.

CLARISSA CARLOTTO TORRES  
Promotora de Justiça  
Presidente da Comissão do Processo Seletivo  
Coordenadora da Gestão de Estagiários de Direito



**ANEXO I – COMARCAS E VAGAS PARA REALIZAÇÃO DE ESTÁGIO**

NÍVEL	CURSO	COMARCA
Médio	Ensino médio	Todas as comarcas (exceto Campo Grande, Coronel Sapucaia e Costa Rica)
Superior/graduação	Direito	Todas as comarcas (exceto Coronel Sapucaia)
Superior/graduação	Administração	Campo Grande, Costa Rica, Dourados, Miranda e Ponta Porã
Superior/graduação	Análise e Desenvolvimento de Sistemas	Campo Grande
Superior/graduação	Arquitetura e Urbanismo	Campo Grande
Superior/graduação	Ciência da Computação	Campo Grande
Superior/graduação	Ciências Contábeis	Aparecida do Taboado e Campo Grande
Superior/graduação	Ciências Econômicas	Campo Grande
Superior/graduação	Comunicação/Jornalismo	Campo Grande
Superior/graduação	Engenharia Ambiental ou Sanitária	Campo Grande
Superior/graduação	Engenharia Civil	Campo Grande
Superior/graduação	Engenharia de Computação	Campo Grande
Superior/graduação	Engenharia Elétrica	Campo Grande
Superior/graduação	Geografia	Campo Grande
Superior/graduação	Letras	Bonito e Campo Grande
Superior/graduação	Psicologia	Campo Grande
Superior/graduação	Publicidade e Propaganda	Campo Grande
Superior/graduação	Segurança de Informação	Campo Grande
Superior/graduação	Serviço Social	Campo Grande, Corumbá, Dourados, Três Lagoas
Superior/graduação	Sistema de Informação	Campo Grande
Superior/graduação	Sistema para Internet	Campo Grande
Superior/graduação	Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas	Campo Grande
Superior/pós-graduação	Administração	Campo Grande
Superior/pós-graduação	Área Ambiental*	Campo Grande e Ivinhema
Superior/pós-graduação	Área de Tecnologia da Informação**	Campo Grande
Superior/pós-graduação	Arquitetura e Urbanismo	Campo Grande
Superior/pós-graduação	Audiovisual	Campo Grande
Superior/pós-graduação	Ciências Contábeis	Aparecida do Taboado e Campo Grande
Superior/pós-graduação	Comunicação/Jornalismo	Campo Grande
Superior/pós-graduação	Design Gráfico	Campo Grande
Superior/pós-graduação	Direito	Todas as comarcas (exceto Coronel Sapucaia)
Superior/pós-graduação	Economia	Campo Grande
Superior/pós-graduação	Engenharia Civil	Campo Grande
Superior/pós-graduação	Engenharia Elétrica	Campo Grande
Superior/pós-graduação	Estatística	Campo Grande e Deodápolis
Superior/pós-graduação	Serviço Social	Campo Grande

\*Ciências Biológicas, Engenharia Agrônômica, Engenharia Ambiental ou Sanitária, Engenharia Florestal, Geografia (bacharelado), Geologia e Gestão Ambiental.

\*\*Ciência de Dados e *Big Data Analytics*; Desenvolvimento Orientado em Objetos em Java; *Design* Instrucional; Engenharia de *Software*; Gestão em Tecnologia da Informação; Segurança da Informação; Tecnologia da Informação para Estratégia e Negócios; Análise e Desenvolvimento de Sistemas em Java; Gestão Estratégica de Tecnologia da Informação; Computação Forense e Perícia Digital.

ENSINO MÉDIO (NÍVEL MÉDIO)		
CÓD.	COMARCA	TOTAL DE VAGAS
1000	Água Clara	CR*
1001	Amambai	CR
1002	Anastácio	CR
1003	Anaurilândia	CR
1004	Angélica	CR
1005	Aparecida do Taboado	CR
1006	Aquidauana	CR
1007	Bandeirantes	CR
1008	Bataguassu	CR
1009	Batayporã	CR
1010	Bela Vista	CR
1011	Bonito	CR
1012	Brasilândia	CR
1013	Caarapó	CR
1014	Camapuã	CR
1015	Cassilândia	CR
1016	Chapadão do Sul	CR
1017	Corumbá	CR
1018	Coxim	CR
1019	Deodápolis	CR
1020	Dois Irmãos do Buriti	CR
1021	Dourados	CR
1022	Eldorado	CR
1023	Fátima do Sul	CR
1024	Glória de Dourados	CR
1025	Iguatemi	CR
1026	Inocência	CR
1027	Itaporã	CR
1028	Itaquiraí	CR
1029	Ivinhema	CR
1030	Jardim	CR
1031	Maracaju	CR
1032	Miranda	CR
1033	Mundo Novo	CR
1034	Naviraí	CR
1035	Nioaque	CR
1036	Nova Alvorada do Sul	CR
1037	Nova Andradina	CR
1038	Paranaíba	CR
1039	Pedro Gomes	CR
1040	Ponta Porã	CR

1041	Porto Murtinho	CR
1042	Ribas do Rio Pardo	CR
1043	Rio Brilhante	CR
1044	Rio Negro	CR
1045	Rio Verde de Mato Grosso	CR
1046	São Gabriel do Oeste	CR
1047	Sete Quedas	CR
1048	Sidrolândia	CR
1049	Sonora	CR
1050	Terenos	CR
1051	Três Lagoas	CR

\* CR – cadastro de reserva.

NÍVEL SUPERIOR (GRADUAÇÃO)			
CÓD.	CURSO	COMARCA	TOTAL DE VAGAS
2000	Administração	Campo Grande	CR*
2001	Administração	Costa Rica	CR
2002	Administração	Dourados	CR
2003	Administração	Miranda	CR
2004	Administração	Ponta Porã	CR
2005	Análise e Desenvolvimento de Sistemas	Campo Grande	CR
2006	Arquitetura e Urbanismo	Campo Grande	CR
2007	Ciência da Computação	Campo Grande	CR
2008	Ciências Contábeis	Aparecida do Taboado	CR
2009	Ciências Contábeis	Campo Grande	CR
2010	Ciências Econômicas	Campo Grande	CR
2011	Comunicação/Jornalismo	Campo Grande	CR
2012	Direito	Água Clara	CR
2013	Direito	Amambai	CR
2014	Direito	Anastácio	CR
2015	Direito	Anaurilândia	CR
2016	Direito	Angélica	CR
2017	Direito	Aparecida do Taboado	CR
2018	Direito	Aquidauana	CR
2019	Direito	Bandeirantes	CR
2020	Direito	Bataguassu	CR
2021	Direito	Batayporã	CR
2022	Direito	Bela Vista	CR
2023	Direito	Bonito	CR
2024	Direito	Brasilândia	CR
2025	Direito	Caarapó	CR
2026	Direito	Camapuã	CR
2027	Direito	Campo Grande	20 + CR
2028	Direito	Cassilândia	CR
2029	Direito	Chapadão do Sul	CR
2030	Direito	Corumbá	2 + CR
2031	Direito	Costa Rica	CR
2032	Direito	Coxim	CR

2033	Direito	Deodápolis	CR
2034	Direito	Dois Irmãos do Buriti	CR
2035	Direito	Dourados	10 + CR
2036	Direito	Eldorado	CR
2037	Direito	Fátima do Sul	CR
2038	Direito	Glória de Dourados	CR
2039	Direito	Iguatemi	CR
2040	Direito	Inocência	CR
2041	Direito	Itaporã	CR
2042	Direito	Itaquiraí	CR
2043	Direito	Ivinhema	CR
2044	Direito	Jardim	CR
2045	Direito	Maracaju	CR
2046	Direito	Miranda	CR
2047	Direito	Mundo Novo	CR
2048	Direito	Naviraí	CR
2049	Direito	Nioaque	CR
2050	Direito	Nova Alvorada do Sul	CR
2051	Direito	Nova Andradina	CR
2052	Direito	Paranaíba	CR
2053	Direito	Pedro Gomes	CR
2054	Direito	Ponta Porã	1 + CR
2055	Direito	Porto Murtinho	CR
2056	Direito	Ribas do Rio Pardo	CR
2057	Direito	Rio Brilhante	CR
2058	Direito	Rio Negro	CR
2059	Direito	Rio Verde de Mato Grosso	CR
2060	Direito	São Gabriel do Oeste	CR
2061	Direito	Sete Quedas	CR
2062	Direito	Sidrolândia	CR
2063	Direito	Sonora	CR
2064	Direito	Terenos	CR
2065	Direito	Três Lagoas	6 + CR
2066	Engenharia Ambiental ou Sanitária	Campo Grande	CR
2067	Engenharia Civil	Campo Grande	CR
2068	Engenharia de Computação	Campo Grande	CR
2069	Engenharia Elétrica	Campo Grande	CR
2070	Geografia	Campo Grande	CR
2071	Letras	Bonito	CR
2072	Letras	Campo Grande	CR
2073	Psicologia	Campo Grande	CR
2074	Publicidade e Propaganda	Campo Grande	CR
2075	Segurança de Informação	Campo Grande	CR
2076	Serviço Social	Campo Grande	CR
2077	Serviço Social	Corumbá	CR
2078	Serviço Social	Dourados	CR
2079	Serviço Social	Três Lagoas	CR
2080	Sistema de Informação	Campo Grande	CR
2081	Sistema para Internet	Campo Grande	CR

2082	Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas	Campo Grande	CR
------	---	--------------	----

\* CR – cadastro de reserva.

NÍVEL SUPERIOR (PÓS-GRADUAÇÃO)			
CÓD	CURSO	COMARCA	TOTAL DE VAGAS
3001	Administração	Campo Grande	CR*
3002	Análise e Desenvolvimento de Sistemas em Java (área de Tecnologia da Informação)	Campo Grande	CR
3003	Área Ambiental**	Campo Grande	CR
3004	Área Ambiental**	Ivinhema	CR
3005	Arquitetura e Urbanismo	Campo Grande	CR
3006	Audiovisual	Campo Grande	CR
3007	Ciências Contábeis	Aparecida do Taboado	CR
3008	Ciências Contábeis	Campo Grande	CR
3009	Ciência de Dados e <i>Big Data Analytics</i> (área de Tecnologia da Informação)	Campo Grande	CR
3010	Computação Forense e Perícia Digital (área de Tecnologia da Informação)	Campo Grande	CR
3011	Comunicação/Jornalismo	Campo Grande	CR
3012	Desenvolvimento Orientado em Objetos em Java (área de Tecnologia da Informação)	Campo Grande	CR
3013	<i>Design</i> Instrucional (área de Tecnologia da Informação)	Campo Grande	CR
3014	<i>Design</i> Gráfico	Campo Grande	CR
3015	Direito	Água Clara	CR
3016	Direito	Amambai	CR
3017	Direito	Anastácio	CR
3018	Direito	Anaurilândia	CR
3019	Direito	Angélica	CR
3020	Direito	Aparecida do Taboado	CR
3021	Direito	Aquidauana	CR
3022	Direito	Bandeirantes	CR
3023	Direito	Bataguassu	CR
3024	Direito	Batayporã	CR
3025	Direito	Bela Vista	CR
3026	Direito	Bonito	CR
3027	Direito	Brasilândia	CR
3028	Direito	Caarapó	CR
3029	Direito	Camapuã	CR
3030	Direito	Campo Grande	10 + CR
3031	Direito	Cassilândia	CR
3032	Direito	Chapadão do Sul	CR
3033	Direito	Corumbá	1 + CR
3034	Direito	Costa Rica	CR
3035	Direito	Coxim	CR
3036	Direito	Deodápolis	CR
3037	Direito	Dois Irmãos do Buriti	CR
3038	Direito	Dourados	CR
3039	Direito	Eldorado	CR
3040	Direito	Fátima do Sul	CR
3041	Direito	Glória de Dourados	CR
3042	Direito	Iguatemi	CR

3043	Direito	Inocência	CR
3044	Direito	Itaporã	CR
3045	Direito	Itaquiraí	CR
3046	Direito	Ivinhema	CR
3047	Direito	Jardim	CR
3048	Direito	Maracaju	CR
3049	Direito	Miranda	CR
3050	Direito	Mundo Novo	CR
3051	Direito	Naviraí	CR
3052	Direito	Nioaque	CR
3053	Direito	Nova Alvorada do Sul	CR
3054	Direito	Nova Andradina	CR
3055	Direito	Paranaíba	CR
3056	Direito	Pedro Gomes	CR
3057	Direito	Ponta Porã	CR
3058	Direito	Porto Murtinho	CR
3059	Direito	Ribas do Rio Pardo	CR
3060	Direito	Rio Brillhante	CR
3061	Direito	Rio Negro	CR
3062	Direito	Rio Verde de Mato Grosso	CR
3063	Direito	São Gabriel do Oeste	CR
3064	Direito	Sete Quedas	CR
3065	Direito	Sidrolândia	CR
3066	Direito	Sonora	CR
3067	Direito	Terenos	CR
3068	Direito	Três Lagoas	CR
3069	Economia	Campo Grande	CR
3070	Engenharia Civil	Campo Grande	CR
3071	Engenharia de <i>Software</i> (área de Tecnologia da Informação)	Campo Grande	CR
3072	Engenharia Elétrica	Campo Grande	CR
3073	Estatística	Campo Grande	CR
3074	Estatística	Deodápolis	CR
3075	Gestão em Tecnologia da Informação (área de Tecnologia da Informação)	Campo Grande	CR
3076	Gestão Estratégica de Tecnologia da Informação (área de Tecnologia da Informação)	Campo Grande	CR
3077	Segurança da Informação (área de Tecnologia da Informação)	Campo Grande	CR
3078	Serviço Social	Campo Grande	CR
3079	Tecnologia da Informação para Estratégia e Negócios (área de Tecnologia da Informação)	Campo Grande	CR

\* CR – cadastro de reserva.

\*\*Ciências Biológicas, Engenharia Agrônômica, Engenharia Ambiental ou Sanitária, Engenharia Florestal, Geografia (bacharelado), Geologia e Gestão Ambiental.



## ANEXO II - DO CONTEÚDO DA PROVA

### ENSINO MÉDIO

#### LÍNGUA PORTUGUESA

Acentuação gráfica, crase, grafia correta de vocábulos, hifenização, pontuação e uso dos “porquês”. Morfologia: classes gramaticais (substantivo, artigo, numeral, adjetivo, pronome, verbo, advérbio, conjunção, preposição e interjeição). Sintaxe: análise sintática. Concordância verbal e nominal. Regência verbal e nominal. Verbo (tempo, modo, pessoa).

#### MATEMÁTICA

Operações com números reais. Mínimo múltiplo comum (MMC) e máximo divisor comum (MDC). Razão e proporção. Porcentagem. Regra de três simples. Média aritmética simples e ponderada. Equações de 1º e 2º graus. Sistema de equações do 1º grau. Relação entre grandezas: tabelas e gráficos. Sistemas de medidas usuais. Noções de geometria: forma, perímetro, área, volume, ângulo, teorema de Pitágoras.

#### NOÇÕES DE INFORMÁTICA

Noções básicas de comandos do sistema operacional Windows. Gerenciamento de arquivos. Impressão. Noções básicas de uso e operação dos aplicativos Microsoft Word (formatação, tabelas, cabeçalho e rodapé, mala direta e configuração do texto, correção de documentos) e Microsoft Excel (células, fórmulas, tabelas, gráficos, formatação). Internet e correio eletrônico, noções de segurança de informações.

### NÍVEL SUPERIOR/GRADUAÇÃO

#### LÍNGUA PORTUGUESA (EXCETO para os candidatos do curso de Direito)

Acentuação gráfica, crase, grafia correta de vocábulos, hifenização, pontuação e uso dos “porquês”. Morfologia: classes gramaticais (substantivo, artigo, numeral, adjetivo, pronome, verbo, advérbio, conjunção, preposição e interjeição). Sintaxe: análise sintática. Colocação pronominal. Concordância verbal e nominal. Regência verbal e nominal. Verbo (tempo, modo, pessoa).

#### NOÇÕES DE INFORMÁTICA (EXCETO para os candidatos dos cursos de nível superior **Análise e Desenvolvimento de Sistemas; Ciência da Computação; Engenharia da Computação; Segurança de Informação; Sistema de Informação; Sistema para Internet; Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas**)

Noções básicas de comandos do sistema operacional Windows. Gerenciamento de arquivos. Impressão. Noções básicas de uso e operação dos aplicativos Microsoft Word (formatação, tabelas, cabeçalho e rodapé, mala direta e configuração do texto, correção de documentos) e Microsoft Excel (células, fórmulas, tabelas, gráficos, formatação). Internet e correio eletrônico; noções de segurança de informações.

#### NOÇÕES DE DIREITO (EXCETO para os candidatos do curso de Direito)

Constituição Federal: princípios fundamentais; direitos e garantias fundamentais; funções essenciais à justiça; Administração Pública. Princípios informadores. Resolução nº 15/2010-PGJ, de 27.7.2010, do MPMS.

### CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS DOS CURSOS DE NÍVEL SUPERIOR/GRADUAÇÃO

#### ADMINISTRAÇÃO

Escolas e Teorias da Administração: conceitos, fundamentos. Administração e organização: funções da Administração – planejamento, organização, direção, controle; áreas de atuação da Administração; funções e habilidades do administrador; eficiência, eficácia e efetividade. Recursos humanos: recrutamento e seleção de pessoas, cargos e

remuneração, avaliação de desempenho. Motivação. Liderança. Missão, visão e valores. Clima organizacional. Cultura organizacional. Análise SWOT (*Strengths, Weaknesses, Opportunities and Threats*). Noções de gestão de projetos.

### **ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS**

Conceitos básicos de computação. Noções de lógica. Algoritmos e estrutura de dados. Técnicas de programação. Componentes de um computador (*hardware e software*). Dispositivos de entrada e saída. Conceito de sistema operacional. Conceitos de proteção e segurança. Conceitos de organização e gerenciamento de arquivos e pastas. Instalação de programas e periféricos em microcomputadores. Principais aplicativos comerciais para edição de textos e planilhas, geração de material escrito e multimídia. Redes de comunicação. Protocolo TCP/IP. Conceitos e manipulação de banco de dados.

### **ARQUITETURA E URBANISMO**

Desenho arquitetônico. Desenho técnico. Noções de conforto ambiental. Noções básicas de estruturas e métodos construtivos. Noções de projeto arquitetônico. Noções de sustentabilidade arquitetônica. Noções sobre redes de infraestrutura urbana. Noções de paisagismo. Noções sobre patrimônio histórico-cultural. História da arquitetura e urbanismo. Introdução a estruturas e métodos construtivos. Conhecimentos gerais em arquitetura e urbanismo; projeto de arquitetura – etapas de projeto.

### **CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO**

Conceitos básicos de computação. Noções de lógica. Algoritmos e estrutura de dados. Técnicas de programação. Componentes de um computador (*hardware e software*). Dispositivos de entrada e saída. Conceito de sistema operacional. Conceitos de proteção e segurança. Conceitos de organização e gerenciamento de arquivos e pastas. Instalação de programas e periféricos em microcomputadores. Principais aplicativos comerciais para edição de textos e planilhas, geração de material escrito e multimídia. Redes de comunicação. Protocolo TCP/IP. Conceitos e manipulação de banco de dados.

### **CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

Estruturas lógicas. Lógica sentencial (ou proposicional): proposições simples e compostas, tabelas-verdade, equivalências, diagramas lógicos. Matemática financeira: regra de três simples e composta, porcentagem, juros simples e compostos. Noções de contabilidade: conceito de contabilidade, princípios fundamentais da contabilidade, patrimônio, técnicas contábeis, livros empresariais e fiscais, escrituração contábil, contas, lançamento contábil – despesa, receita e apuração do resultado. Licitação e contratos: Lei Federal nº 8.666/93: Capítulo I – Das Disposições Gerais, Seção I – Dos Princípios, Seção II – Das Definições; Capítulo II – Da Licitação, Seção I – Das Modalidades, Limites e Dispensa, Seção II – Da Habilitação; Capítulo VI – Disposições Finais e Transitórias. Noções de administração financeira e orçamentária – Lei Federal nº 4.320/64: Título IV – Do Exercício Financeiro; Título V – Dos Créditos Adicionais; Título IX – Da Contabilidade, Capítulo I – Das Disposições Gerais, Capítulo II – Da Contabilidade Orçamentária e Financeira, Capítulo IV – Dos Balanços.

### **CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

Noções de economia: conceituação básica; evolução do pensamento econômico. Noções de microeconomia: análise da demanda; análise da oferta; equilíbrio de mercado; estrutura de mercado, concorrência perfeita, monopólio, concorrência monopolística, oligopólio. Noções de macroeconomia: metas da política macroeconômica; fluxo circular da renda – famílias e firmas.

### **COMUNICAÇÃO/JORNALISMO**

Código de Ética do Jornalista Brasileiro. Reportagem. Notícia. Entrevista. Linguagens e técnicas de redação e edição para TV, rádio, internet, revista e jornal. Pauta. Gêneros jornalísticos: editorial, comentário, artigo, resenha, coluna, crônica, caricatura e charge. Conceito, rotinas e produtos de uma assessoria de comunicação. Conceitos e características das redes sociais.

### **DIREITO**

**Direito Constitucional:** Constituição Federal: princípios fundamentais, direitos e garantias fundamentais, funções essenciais à justiça, Administração Pública. Princípios informadores.

**Legislação Institucional:** Lei Orgânica do MPMS (Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994); Resolução nº 15/2010-PGJ, de 27.7.2010, do MPMS.

**Direito Penal:** Código Penal (parte geral): aplicação da lei penal, crime, imputabilidade penal, concurso de pessoas, espécies de pena.

**Direito Processual Penal:** Código de Processo Penal: inquérito policial; ação penal; competência; prova; juiz e Ministério Público; acusado, defensor, assistente e auxiliares da justiça; prisão e liberdade provisória; citações e intimações; denúncia; processos em espécie – procedimento comum ordinário, procedimento comum sumário, procedimento sumaríssimo, procedimento dos crimes de competência do Tribunal do Júri. Recursos em geral.

**Direito Civil:** Código Civil (parte geral): pessoas; bens e fatos jurídicos; Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942).

**Processo Civil:** Código de Processo Civil (Lei Federal nº 13.105, de 16 de março de 2015). Lei processual e interpretação das leis processuais. Princípios informativos do Direito Processual Civil. Jurisdição, ação, exceção e processo. Partes e procuradores. Capacidade, deveres, responsabilidade, substituição, litisconsórcio e intervenção de terceiros. Incidente de desconconsideração da personalidade jurídica. *Amicus curiae*. Ministério Público, Advocacia Pública e Defensoria Pública. Competência, modificações da competência, incompetência. Cooperação nacional. Juiz: poderes, deveres e responsabilidade. Impedimento e suspeição. Auxiliares da justiça. Atos processuais. Forma, tempo e lugar. Prazos. Comunicações dos atos processuais. Nulidades. Distribuição e registro. Valor da causa. Lei da Mediação (Lei Federal nº 13.140/2015). Conciliação, mediação, negociação e formas alternativas de resolução dos litígios.

## **ENGENHARIA AMBIENTAL OU SANITÁRIA**

Noções de geotecnologias: sistema de posicionamento global (GPS), noções básicas de escalas e sistemas de projeção, coordenadas, dados vetoriais e dados *raster*, sistema de informações geográficas (SIG) e sensoriamento remoto. Noções de hidrologia: bacias hidrográficas e ciclo hidrológico. Poluição do solo, do ar e da água. Noções de microbiologia ambiental. Tratamento de água: características físicas, químicas e biológicas das águas; padrões de potabilidade; principais doenças de transmissão feco-oral associadas à água (transmissão hídrica e relacionada com a higiene); finalidades e principais processos de tratamento de água. Tratamento de esgotos: principais características dos esgotos (físicas, químicas e biológicas); principais parâmetros de qualidade dos esgotos; noções de níveis, processos e sistemas de tratamento de esgotos. Tratamento de resíduos sólidos: caracterização e classificação dos resíduos sólidos; noções de métodos de tratamento e disposição final; plano de gerenciamento de resíduos sólidos (PGRS). Legislação ambiental aplicada: Constituição Federal/1988: art. 225. Política Nacional de Meio Ambiente, Lei Federal nº 6.938/1981. Sistema Nacional de Unidades de Conservação, Lei Federal nº 9.985/2000. Educação Ambiental, Lei Federal nº 9.795/1999. Crimes Ambientais, Lei Federal nº 9.605/1998. Legislação Estadual: Deliberação CECA/MS nº 36, de 27 de junho de 2012.

## **ENGENHARIA CIVIL**

Fundamentos de economia e administração; desenho técnico; topografia; geologia; mecânica dos solos; obras de terra; ciência e tecnologia dos materiais de construção civil; impermeabilização e isolamento térmico; resistência dos materiais; estudos das estruturas isostáticas; eletricidade; instalações elétricas prediais; ciências do ambiente; hidrologia; fenômenos de transporte; hidráulica; legislação, ética profissional e cidadania.

## **ENGENHARIA DA COMPUTAÇÃO**

Conceitos básicos de computação. Noções de lógica. Algoritmos e estrutura de dados. Técnicas de programação. Componentes de um computador (*hardware* e *software*). Dispositivos de entrada e saída. Conceito de sistema operacional. Conceitos de proteção e segurança. Conceitos de organização e gerenciamento de arquivos e pastas. Instalação de programas e periféricos em microcomputadores. Principais aplicativos comerciais para edição de textos e planilhas, geração de material escrito e multimídia. Redes de comunicação. Protocolo TCP/IP. Conceitos e manipulação de banco de dados.

## **ENGENHARIA ELÉTRICA**

Circuitos elétricos em regime permanente: bipolos, leis de Kirchhoff, associação de bipolos, fontes de tensão e corrente. Circuitos de corrente contínua: métodos clássicos para resolução de circuitos (nodal e por malha). Circuitos de

corrente alternada: valor eficaz, conceito de impedância e admitância, potência complexa, fator de potência. Sistemas trifásicos: relações entre grandeza de fase e de linha, conversão Delta-Y e Y-Delta, potência em sistema trifásico simétrico e equilibrado (aparente, ativa, reativa), fator de potência. Fundamentos de luminotécnica. Projeto de instalações elétricas prediais em baixa tensão: divisão da instalação em circuitos de iluminação e força, dimensionamento de condutores de circuitos terminais, dimensionamento de eletrodutos, dimensionamento da proteção de circuitos terminais, elaboração do quadro de cargas, dos diagramas unifilar e trifilar, elaboração da lista do material. ABNT NBR 5410:2004. Desenho técnico auxiliado por computador: Formato de papel, carimbo, escalas, cotas. Noções de AutoCad. Noções de NR10.

## **GEOGRAFIA**

Ecologia geral. Climatologia. Educação ambiental. Geologia. Cartografia. Geografia do Brasil. Sensoriamento remoto. Topografia. Planejamento e gestão ambiental. Sistema de informação geográfica. Elaboração de projetos e relatórios técnicos. Geomorfologia. Gerenciamento de recursos hídricos. Legislação urbana e ambiental. Fotointerpretação. Geografia rural. Geoprocessamento. Pedologia. Saneamento básico e ambiental. Geografia regional. Hidrologia ambiental. Avaliação de impactos ambientais.

## **LETRAS**

Variação linguística: as várias normas e a variedade padrão em Língua Portuguesa. Texto, fatores de textualidade, informações implícitas e explícitas, coesão e coerência. Tipologia e gêneros discursivos. Leitura e análise de textos. Processos de coordenação e subordinação: aspectos sintáticos e semânticos. Estrutura sintática da frase. Processos argumentativos em textos jurídicos e não jurídicos: tese, antítese e argumentos. Aspectos semânticos. Figuras de linguagem: aspectos discursivos. A redação jurídica: fato, valor e norma.

## **PSICOLOGIA**

Bases biológicas do comportamento. Antropologia cultural. Sociologia geral. Introdução à psicologia. Desenvolvimento humano. Psicologia e processos grupais. Psicologia e ética profissional. Teorias de personalidade. Psicologia social. Genética humana e evolução. Análise experimental do comportamento. Análise institucional. Fundamentos e fenômenos da teoria psicodinâmica. Fundamentos e fenômenos da teoria sócio-histórica. Psicologia e saúde. Psicologia e políticas públicas. Psicopatologia geral. Análise do comportamento aplicada. Psicologia e diversidade humana. Psicologia escolar e processos educativos. Psicologia e trabalho.

## **PUBLICIDADE E PROPAGANDA**

*Briefing* e planejamento: como sistematizar a informação, função do *briefing*, comparação entre um *briefing* e um plano publicitário, noções básicas de planejamento de campanhas publicitárias, comunicação estratégica e tática, ações publicitárias, 4 “pês” - tarefas da publicidade no *mix* de promoção. Planejamento visual, direção de arte e criação de peças publicitárias. Técnicas de produção gráfica: finalização de arquivos para impressão, processos de impressão e acabamento, uso de cores no produto impresso, papel (qualidade, usos e dimensões). Redação publicitária: classificação de títulos, linguagem e adequação (relação texto e imagem). Tipologia: concordância, conflito e contraste; categorias de tipos – tipo de fontes; combinando e escolhendo fontes. *Softwares*: Adobe Master Collection C55, C56 (Illustrator; Photoshop; Indesign); Corel Drawn (noções básicas).

## **SEGURANÇA DE INFORMAÇÃO**

Conceitos básicos de computação. Noções de lógica. Algoritmos e estrutura de dados. Técnicas de programação. Componentes de um computador (*hardware* e *software*). Dispositivos de entrada e saída. Conceito de sistema operacional. Conceitos de proteção e segurança. Conceitos de organização e gerenciamento de arquivos e pastas. Instalação de programas e periféricos em microcomputadores. Principais aplicativos comerciais para edição de textos e planilhas, geração de material escrito e multimídia. Redes de comunicação. Protocolo TCP/IP. Conceitos e manipulação de banco de dados.

## **SERVIÇO SOCIAL**

Fundamentos históricos, teóricos e ético-políticos do Serviço Social. Questão social. Política social. Código de Ética do Assistente Social. Lei de Regulamentação da Profissão do Assistente Social (Lei Federal nº 8.662/93). Instrumentalidade do Serviço Social. Trabalho em rede e trabalho com famílias. Relação de gênero, relações étnicas e

Serviço Social. Legislações: Estatuto do Idoso, Estatuto da Criança e Adolescente, Lei Maria da Penha e Política Nacional para a Integração da Pessoa com Deficiência.

### **SISTEMA DE INFORMAÇÃO**

Conceitos básicos de computação. Noções de lógica. Algoritmos e estrutura de dados. Técnicas de programação. Componentes de um computador (*hardware* e *software*). Dispositivos de entrada e saída. Conceito de sistema operacional. Conceitos de proteção e segurança. Conceitos de organização e gerenciamento de arquivos e pastas. Instalação de programas e periféricos em microcomputadores. Principais aplicativos comerciais para edição de textos e planilhas, geração de material escrito e multimídia. Redes de comunicação. Protocolo TCP/IP. Conceitos e manipulação de banco de dados.

### **SISTEMA PARA INTERNET**

Conceitos básicos de computação. Noções de lógica. Algoritmos e estrutura de dados. Técnicas de programação. Componentes de um computador (*hardware* e *software*). Dispositivos de entrada e saída. Conceito de sistema operacional. Conceitos de proteção e segurança. Conceitos de organização e gerenciamento de arquivos e pastas. Instalação de programas e periféricos em microcomputadores. Principais aplicativos comerciais para edição de textos e planilhas, geração de material escrito e multimídia. Redes de comunicação. Protocolo TCP/IP. Conceitos e manipulação de banco de dados.

### **TECNOLOGIA EM ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS**

Conceitos básicos de computação. Noções de lógica. Algoritmos e estrutura de dados. Técnicas de programação. Componentes de um computador (*hardware* e *software*). Dispositivos de entrada e saída. Conceito de sistema operacional. Conceitos de proteção e segurança. Conceitos de organização e gerenciamento de arquivos e pastas. Instalação de programas e periféricos em microcomputadores. Principais aplicativos comerciais para edição de textos e planilhas, geração de material escrito e multimídia. Redes de comunicação. Protocolo TCP/IP. Conceitos e manipulação de banco de dados.

## **NÍVEL SUPERIOR/PÓS-GRADUAÇÃO**

### **LÍNGUA PORTUGUESA (EXCETO para os candidatos do curso de Direito)**

Acentuação gráfica, crase, grafia correta de vocábulos, hifenização, pontuação e uso dos “porquês”. Morfologia: classes gramaticais (substantivo, artigo, numeral, adjetivo, pronome, verbo, advérbio, conjunção, preposição e interjeição). Sintaxe: análise sintática. Concordância verbal e nominal. Regência verbal e nominal. Verbo (tempo, modo, pessoa).

### **NOÇÕES DE INFORMÁTICA (EXCETO para os candidatos graduados na área de conhecimento: graduados na Área de Tecnologia da Informação\*\*)**

Noções básicas de comandos do sistema operacional Windows. Gerenciamento de arquivos. Impressão. Noções básicas de uso e operação dos aplicativos Microsoft Word (formatação, tabelas, cabeçalho e rodapé, mala direta e configuração do texto, correção de documentos) e Microsoft Excel (células, fórmulas, tabelas, gráficos, formatação). Internet e correio eletrônico. Noções de segurança de informações.

### **NOÇÕES DE DIREITO (EXCETO para os candidatos do curso de Direito)**

Constituição Federal: Princípios fundamentais; direitos e garantias fundamentais; funções essenciais à justiça; Administração Pública. Princípios informadores. Resolução nº 15/2010-PGJ, de 27.7.2010, do MPMS.

## **CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS DOS CURSOS DE NÍVEL SUPERIOR/PÓS-GRADUAÇÃO**

### **BACHARÉIS EM DIREITO**



**Direito Constitucional:** Constituição Federal: princípios fundamentais; direitos e garantias fundamentais; funções essenciais à justiça; Administração Pública. Princípios informadores.

**Direito Penal:** Princípios constitucionais aplicáveis ao Direito Penal (art. 5º, incisos XXXIX a XLVII – Constituição Federal). Código Penal: parte geral – aplicação da lei penal, crime, imputabilidade penal, concurso de pessoas, penas, medidas de segurança, ação penal, extinção da punibilidade; parte especial – crimes contra a pessoa, crimes contra o patrimônio, crimes contra os costumes, crimes contra a Administração Pública.

**Direito Processual Penal:** Código de Processo Penal. Princípios processuais. Persecução penal. Notícia do crime. Polícia e investigação. Inquérito policial. Ação penal. Jurisdição penal. Competência. Processo. Pressupostos processuais. Relação jurídica processual. Sujeitos processuais. Instrução criminal. Do ônus da prova. Das provas em espécie. Atos ordenatórios e decisórios. Medidas assecuratórias. Processo penal cautelar. Das medidas cautelares em espécies. Procedimentos. Sentença. Coisa julgada. Teoria geral dos recursos.

**Direito Civil:** Código Civil: parte geral – das pessoas; dos bens e dos fatos jurídicos; Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942); parte especial – do direito de família e do direito das sucessões.

**Processo Civil:** Código de Processo Civil (Lei Federal nº 13.105, de 16 de março de 2015): Lei processual e interpretação das leis processuais. Princípios informativos do Direito Processual Civil. Jurisdição, ação, exceção e processo. Partes e procuradores. Capacidade, deveres, responsabilidade, substituição, litisconsórcio e intervenção de terceiros. Incidente de desconconsideração da personalidade jurídica. *Amicus curiae*. Ministério Público, Advocacia Pública e Defensoria Pública. Competência, modificações da competência, incompetência. Juiz: poderes, deveres e responsabilidade. Impedimento e suspeição. Auxiliares da justiça. Atos processuais. Forma, tempo e lugar. Prazos. Comunicações dos atos processuais. Nulidades. Distribuição e registro. Valor da causa. Tutela provisória: tutela de urgência e tutela da evidência. Formação, suspensão e extinção do processo. Procedimento comum. Petição inicial. Improcedência liminar do pedido. Audiência de contestação e reconvenção. Revelia. Providências preliminares e saneamento. Julgamento conforme o estado do processo. Audiência de instrução e julgamento. Provas: disposições gerais e provas em espécie. Sentença. Remessa necessária. Coisa julgada. Liquidação de sentença. Recursos: disposições gerais e recursos em espécie. Conciliação, mediação, negociação e formas alternativas de resolução dos litígios.

**Legislação Especial:** Lei das Contravenções Penais (Decreto-Lei nº 3.688/41). Lei de Execução Penal (Lei Federal nº 7.210/84). Lei dos Crimes Hediondos (Lei Federal nº 8.072/90). Lei da Prisão Temporária (Lei Federal nº 7.960/89). Lei de Drogas (Lei Federal nº 11.343/06). Lei de Proteção às Mulheres Vítimas de Violência Doméstica e Familiar (Lei Federal nº 11.340/06). Crimes do Código de Trânsito Brasileiro (Lei Federal nº 9.503/97). Lei de Improbidade Administrativa (Lei Federal nº 8.429/92). Lei dos Juizados Especiais Estaduais (Lei Federal nº 9.099/95). Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei Federal nº 8.069/90). Lei Orgânica do MPMS (Lei Complementar Estadual nº 72/1994); Resolução nº 15/2010-PGJ, de 27.7.2010, do MPMS. Lei da Mediação (Lei Federal nº 13.140/ 2015).

### **Graduados na área de conhecimento: ADMINISTRAÇÃO**

Fundamentos da Administração. Escolas e teorias da Administração: clássica; humanística; estruturalista; neoclássica; comportamental; sistemática. Princípios e funções da Administração: planejamento; organização; direção; coordenação; controle. Gráficos de organização: tipos, construção e aplicação. A estruturação, a departamentalização, o agrupamento de atividades, as linhas e níveis de autoridade e de subordinação. Formulários: uso, padronização, controle e partes componentes. Áreas da Administração: administração geral; administração de recursos humanos; administração de material, administração financeira, informática, administração de projetos e planejamento estratégico. Código de Ética do Administrador. Noções de Direito Administrativo. Administração Pública. Poderes da Administração Pública. Atos administrativos, controle administrativo, improbidade administrativa. Lei de Licitações e Contratos Públicos (Lei Federal nº 8.666/1993).

### **Graduados na área de conhecimento: ÁREA AMBIENTAL\***

Poluição das águas, do solo, sonora e do ar: causas, efeitos e medidas de controle. Microbiologia ambiental. Sistemas de tratamentos avançados de água para abastecimento, efluentes líquidos domésticos e industriais, drenagem urbana, resíduos sólidos e resíduos de serviços de saúde. Zoneamento Ecológico Econômico, Decreto Federal nº 4.297/2002. Sistema Nacional de Unidades de Conservação, Lei Federal nº 9.985/2000. Área de preservação permanente e reserva legal, Código Florestal, Lei Federal nº 12.651/2012. Política Nacional de Meio Ambiente, Lei Federal nº 6.938/1981. Licenciamento ambiental e avaliação de impacto ambiental: conceitos básicos, metodologias de avaliação,



identificação dos impactos, programas ambientais, medidas de mitigação e compensatórias. Sistema de Gestão Ambiental Série ISO 14000. Constituição Federal/1988: art. 225. Política Nacional de Resíduos Sólidos, Lei Federal nº 12.305/2010. Política Nacional de Recursos Hídricos, Lei Federal nº 9.433/1997. Educação Ambiental, Lei Federal nº 9.795/1999. Crimes ambientais, Lei Federal nº 9.605/1998. Legislação Estadual: Deliberação CECA/MS nº 36, de 27 de junho de 2012. Resoluções CONAMA nº 237/1997, 305/2002, 306/2004, 358/2005. ABNT NBR nº 10.004/2004.

\*Ciências Biológicas, Engenharia Agrônômica, Engenharia Ambiental ou Sanitária, Engenharia Florestal, Geografia (bacharelado), Geologia e Gestão Ambiental.

#### **Graduados na área de conhecimento: ÁREA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO\*\***

Desenvolvimento de sistemas: metodologias de desenvolvimento. Análise essencial. Análise e projetos orientados a objeto com UML. Emprego de ferramentas CASE. Ciclo do *software*. Reengenharia de sistemas. Gerência de projetos. Projeto de análise de requisitos e estudo de viabilidade de sistemas. Prototipação de sistemas. Plano de testes e qualidade de sistemas. Métricas de *software* e análise de pontos de função. Linguagens de programação: tipos de dados elementares e estruturados. Funções e procedimentos. Estruturas de controle de fluxo. Programação orientada a objetos. Linguagem e ambiente de desenvolvimento plataforma .NET. Linguagens de programação: Visual Basic, VB for Applications, C++, ASP, PHP, Java, Javascript, VBScript. Padrões sintáticos XML e http. Algoritmos e estrutura de dados e objetos. Documentação. Comunicação de dados e arquitetura de redes: serviços de comunicação de dados. Meios de transmissão. Topologias de redes de computadores. Elementos de interconexão de redes de computadores (*hubs*, repetidores, *switches*, roteadores). Protocolos de redes de computadores. Modelo de referência TCP/IP. Protocolos TCP/IP. Endereçamento IP. Protocolos de roteamento RIP e RIP II. Gerenciamento de *sites* WWW (*World Wide Web*). Projeto de redes. Sistemas operacionais: conceitos de sistemas operacionais. Sistemas de arquivos. Serviços de rede em ambiente Windows. Banco de dados: Modelagem conceitual de dados. Projeto lógico de banco de dados. Projeto físico de banco de dados. Segurança em banco de dados. Operações de banco de dados SQL Server. Administração de banco de dados SQL Server. Linguagem de definição e manipulação de dados SQL.

\*\*Ciência de Dados e *Big Data Analytics*; Desenvolvimento Orientado em Objetos em Java; *Design* Instrucional; Engenharia de *Software*; Gestão em Tecnologia da Informação; Segurança da Informação; Tecnologia da Informação para Estratégia e Negócios; Análise e Desenvolvimento de Sistemas em Java; Gestão Estratégica de Tecnologia da Informação; Computação Forense e Perícia Digital.

#### **Graduados na área de conhecimento: ARQUITETURA E URBANISMO**

Desenho arquitetônico. Desenho técnico. Resoluções do Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Mato Grosso do Sul (CAU/MS). Conforto ambiental. Estruturas e métodos construtivos. Projeto arquitetônico. Sustentabilidade arquitetônica. Redes de infraestrutura urbana. Paisagismo. Patrimônio histórico-cultural. História da arquitetura e urbanismo. Estruturas e métodos construtivos. Conhecimentos gerais em arquitetura e urbanismo: projeto de arquitetura – etapas de projeto. Quantificação de materiais e orçamento de obra. Lei Federal nº 10.257/2001 (Estatuto da Cidade). Lei Federal nº 6.766/1979 (Parcelamento do Solo Urbano).

#### **Graduados na área de conhecimento: AUDIOVISUAL**

Introdução ao audiovisual: os elementos do cinema; história dos formatos e suportes audiovisuais. Linguagem cinematográfica. Etapas de produção audiovisual. Profissionais na área audiovisual. Impactos da tecnologia digital na área audiovisual. Experimentação da linguagem.

#### **Graduados na área de conhecimento: CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

Estruturas lógicas. Lógica sentencial (ou proposicional): proposições simples e compostas, tabelas-verdade, equivalências, diagramas lógicos. Matemática financeira: regra de três simples e composta, porcentagem, juros simples e compostos. Noções de contabilidade: conceito de contabilidade, princípios fundamentais da contabilidade, patrimônio, técnicas contábeis, livros empresariais e fiscais, escrituração contábil, contas, lançamento contábil – despesa, receita e apuração do resultado. Licitação e contratos: Lei Federal nº 8.666/93: Capítulo I – Das Disposições Gerais, Seção I – Dos Princípios, Seção II – Das Definições; Capítulo II – Da Licitação, Seção I – Das Modalidades, Limites e Dispensa, Seção II – Da Habilitação; Capítulo VI – Disposições Finais e Transitórias. Noções de administração financeira e orçamentária

– Lei Federal nº 4.320/64: Título IV – Do Exercício Financeiro; Título V – Dos Créditos Adicionais; Título IX – Da Contabilidade, Capítulo I – Das Disposições Gerais, Capítulo II – Da Contabilidade Orçamentária e Financeira, Capítulo IV – Dos Balanços. Lei Federal nº 6.404/76: Capítulo XV – Exercício Social e Demonstrações Financeiras.

#### **Graduados na área de conhecimento: COMUNICAÇÃO/JORNALISMO**

Produção de reportagem para jornalismo diário impresso e eletrônico (pauta, apuração, entrevista, edição); texto jornalístico impresso, digital e mídias móveis; novas estratégias narrativas na mídia digital; jornalismo *on-line*: *blogs*, *sites* e *enhanced magazines*; jornalismo investigativo, reportagem assistida por computador e visualização de dados; jornalismo político; jornalismo esportivo; jornalismo internacional, fluxo de informações e hegemonia informacional; teorias do jornalismo; assessoria de imprensa e gerenciamento de crise.

#### **Graduados na área de conhecimento: DESIGN GRÁFICO**

Expressão gestual: fluência e destreza. Estudo da representação de objetos simples. Estudo do gesto e movimento: água, onda, tempestade, vento etc. Elementos formais da linguagem visual. Expressão do lugar: desenhando o entorno e em frente, compondo em *frames*. Paisagem e seus detalhes. Perspectivas. Edifícios, desenhos na cidade. Retorno aos objetos: iluminação e volume. Corpo, vestes, dobras de tecidos, fantasias. Desenho de detalhes. Fantasia, imaginação. Conceitos fundamentais: obtenção, classificação e reprodução da cor; mistura subtrativa; cores primárias, secundárias e complementares. Nomenclaturas cotidianas e comerciais. Catálogos, escalas. Principais sistemas de notação. Obtenção e reprodução. Materiais. O fenômeno físico: fisiologia da visão. Espectro eletromagnético. Cor-luz. Síntese aditiva. Efeitos da luz. O fenômeno perceptivo: percepção, contrastes, visibilidade. Cor e contexto. Complementaridade e sistemas de harmonia. Simbologia e usos: simbologia da cor entre culturas; semântica. Aplicações em *design*: uso da cor em *design* gráfico, produtos, ambientes, embalagens, vestuário etc. Cor na comunicação. Códigos cromáticos. A cor na segurança.

#### **Graduados na área de conhecimento: ECONOMIA**

Microeconomia: Teoria da Demanda, elasticidade-preço e renda da demanda. Produção: teoria, funções e custos. Maximização de lucros. Oferta de produtos. Teoria dos Mercados: funções demanda e oferta e equilíbrio do mercado. Oferta, demanda e preços em concorrência perfeita. Oligopólio, monopólio e concorrência imperfeita. Preços mínimos. Macroeconomia: agregados macroeconômicos e cálculo do produto nacional e da renda nacional. Produto real e nominal. Equilíbrio: teoria clássica e teoria keynesiana. Oferta e demanda agregada. Renda nacional de equilíbrio. Multiplicador dos investimentos. Política fiscal. Política monetária: moeda, crédito, taxa de juros, inflação (conceito, distorções e causas). Política anti-inflacionária. Taxa de câmbio e política cambial.

#### **Graduados na área de conhecimento: ENGENHARIA CIVIL**

Fundamentos de economia e administração; desenho técnico; topografia; geologia; mecânica dos solos; obras de terra; ciência e tecnologia dos materiais de construção civil; impermeabilização e isolamento térmico; resistência dos materiais; estudos das estruturas isostáticas; eletricidade; instalações elétricas prediais; ciências do ambiente; hidrologia; fenômenos de transporte; hidráulica; legislação, ética profissional e cidadania.

#### **Graduados na área de conhecimento: ENGENHARIA ELÉTRICA**

Circuitos elétricos em regime permanente: bipolos, leis de Kirchhoff, associação de bipolos, fontes de tensão e corrente. Circuitos de corrente contínua: métodos clássicos para resolução de circuitos (nodal e por malha). Circuitos de corrente alternada: valor eficaz, conceito de impedância e admitância, potência complexa, fator de potência. Sistemas trifásicos: relações entre grandeza de fase e de linha, conversão delta-Y e Y-delta, potência em sistema trifásico simétrico e equilibrado (aparente, ativa, reativa), fator de potência. Fundamentos de luminotécnica. Projeto de instalações elétricas prediais em baixa tensão: divisão da instalação em circuitos de iluminação e força, dimensionamento de condutores de circuitos terminais, dimensionamento de eletrodutos, dimensionamento da proteção de circuitos terminais, elaboração do quadro de cargas, dos diagramas unifilar e trifilar; elaboração da lista do material. ABNT NBR 5410:2004. Desenho técnico auxiliado por computador: formato de papel, carimbo, escalas, cotas. AutoCad. NR10.

#### **Graduados na área de conhecimento: ESTATÍSTICA**

Noções tabulares: definição. População, amostra e variáveis. Instrumental matemático: critérios de arredondamento numérico, somatório. Séries estatísticas: representação gráfica. Distribuição de frequência: definição, formação e composição. Representações gráficas. Medidas de tendência central: Médias aritméticas para dados simples e agrupados. Moda para dados simples e agrupados. Mediana para dados simples e agrupados. Medidas separatrizes: quartil, decil e percentil.

**Graduados na área de conhecimento: SERVIÇO SOCIAL**

Fundamentos históricos, teóricos e ético-políticos do Serviço Social. Trabalho e sociabilidade. Questão social. Política social. Ética e Serviço Social. Código de Ética do Assistente Social. Lei de Regulamentação da Profissão do Assistente Social (Lei Federal nº 8.662/93). Gestão social. Instrumentalidade do Serviço Social. Estratégias e técnicas em Serviço Social: estudo social, técnicas de entrevistas, elaboração de relatórios, laudos e pareceres sociais. Trabalho em rede e trabalho com famílias. Relação de gênero, relações étnicas e Serviço Social. Políticas sociais: saúde, assistência social, previdência, educação e habitação. Legislações: Estatuto do Idoso; Estatuto da Criança e do Adolescente; Estatuto da Juventude; Lei Maria da Penha e Política Nacional para a Integração da Pessoa com Deficiência.

**ANEXO III - REQUERIMENTO DE CONDIÇÕES ESPECIAIS PARA REALIZAÇÃO DAS PROVAS**

REQUERIMENTO			
NOME DO(A) CANDIDATO(A):			
Nº DA INSCRIÇÃO:	DOC. DE IDENTIDADE:	CPF Nº:	TELEFONE:
CANDIDATO(A) À VAGA DE ESTÁGIO EM:		EDITAL Nº: 1/2021-XXIVPSE-MPMS	
LOCAL ESCOLHIDO PARA REALIZAR A PROVA: Nome da cidade em que vai realizar a prova			
<p>Senhor(a) Presidente da Comissão de Processo Seletivo,</p> <p>O(A) candidato(a) acima identificado(a), concorrendo a uma vaga destinada aos acadêmicos do curso de ____ (nível de ensino) em ____ (nome do curso), vem requerer a V. Ex.<sup>a</sup> que lhe sejam concedidas condições especiais para realizar a prova escrita, em virtude de:</p>			
<b>1. SER INSCRITO(A) COMO PESSOA COM DEFICIÊNCIA:</b> (identificar abaixo as condições especiais de que necessitará)			
<input type="checkbox"/> Facilidade para acesso ao local de prova, por usar equipamento que impede subir escadas; <input type="checkbox"/> Confecção de prova especial ampliada, por ter deficiência visual (amblíope); <input type="checkbox"/> Ledor de prova com tempo adicional; <input type="checkbox"/> Intérprete de Libras, com tempo adicional; <input type="checkbox"/> Tempo adicional; <input type="checkbox"/> Intérprete de Libras.			
<b>2. ESTAR AMPARADO(A) PELA LEI Nº 10.826, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2003.</b>			
<b>3. NECESSITAR DE ACOMPANHAMENTO PARA AMAMENTAR SEU BEBÊ:</b>			
Nome completo da pessoa que irá acompanhar o bebê a ser amamentado: _____, nº do RG _____, emitido por _____.			
<b>Observação:</b> O original do documento informado deverá ser apresentado no dia da prova.			
<b>4. ESTAR TEMPORARIAMENTE COM PROBLEMAS GRAVES DE SAÚDE:</b>			
Que o(a) impossibilitam de realizar a prova escrita em condições normais, por estar [ ] acidentado(a) [ ] operado(a) [ ] outros de acordo com atestado anexo, necessitando que lhe sejam disponibilizadas, no local de realização das provas objetiva e discursiva, as seguintes condições: (detalhar)			
Nestes termos, pede deferimento.			
Nome da cidade, ____ de _____ de 2021.			
Assinatura do(a) candidato(a)			

**ANEXO IV - REQUERIMENTO DE ISENÇÃO DE TAXA DE INSCRIÇÃO PARA O XXIV PROCESSO DE SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS DO MPMS**

REQUERIMENTO			
O(a) candidato(a) abaixo identificado(a), tendo em vista o disposto na Lei Estadual nº 2.557, de 13 de dezembro de 2002, alterada pela Lei Estadual nº 3.201, de 18 de abril de 2006, e no Decreto Estadual nº 11.232, de 27 de maio de 2003, alterado pelo Decreto Estadual nº 11.238, de 29 de maio de 2003, bem como nas Leis Estaduais nº 2.887, de 21 de setembro de 2004, e nº 4.827, de 10 de março de 2016, com a redação dada pela Lei Estadual nº 5.129, de 27 de dezembro de 2017, requer que lhe seja concedida a isenção do pagamento da taxa de inscrição no processo de seleção, aberto pelo Edital nº 1/2021-XXIVPSE-MPMS para os acadêmicos do curso de _____ [nível do curso] em _____ [nome do curso].			
<b>1. DADOS PESSOAIS DO(A) CANDIDATO(A)</b>			
Nome:			
Filiação:			
Estado civil:	Data de nascimento:	RG nº:	CPF nº:
Endereço residencial:			
Cidade:		UF:	CEP:
Telefone residencial:		Quantidade de pessoas que residem com o(a) candidato(a)	
<b>2. DADOS SOCIOECONÔMICOS DA FAMÍLIA</b>			
NOME	FONTE PAGADORA	PARENTESCO	SALÁRIO MENSAL
Deverão ser identificados todos os membros da família (cônjuge, pai, mãe, avô, avó, tios, irmãos, filhos, netos etc.), incluindo-se o(a) próprio(a) candidato(a), com sua respectiva especificação na coluna "parentesco" (no caso de ser o próprio candidato, deverá preencher a coluna parentesco com o termo "declarante").			
<b>DOCUMENTOS ANEXADOS AO PRESENTE REQUERIMENTO:</b> Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS); Cópia da publicação do ato que o(a) desligou do serviço público; Título de eleitor(a) de cartório de circunscrição eleitoral do Estado; Cópia autenticada de uma conta de cobrança de serviços públicos (luz, água ou telefone); Comprovante de vínculo empregatício que conte 730 (setecentos e trinta) dias ou mais.			
O(a) candidato(a) declara, sob as penas da lei e de perda dos direitos decorrentes da sua inscrição, serem verdadeiras as informações, os dados e os documentos apresentados, prontificando-se a fornecer outros documentos comprobatórios, sempre que solicitados pela Comissão do Processo Seletivo.			
Nome da cidade, _____ de _____ de 2021.		Assinatura do(a) candidato(a)	

**ANEXO V – MODELO DE DECLARAÇÃO DE RESERVA DE VAGA PARA NEGROS OU INDÍGENAS**

**DECLARAÇÃO**

Eu, \_\_\_\_\_ [nome], candidato(a) a uma das vagas destinadas aos acadêmicos do curso de \_\_\_\_\_ [nível do curso] em \_\_\_\_\_ [nome do curso], documento de identidade nº \_\_\_\_\_ órgão expedidor: \_\_\_\_\_, emitido em \_\_\_\_\_, CPF nº: \_\_\_\_\_, inscrição nº \_\_\_\_\_,

**DECLARO** estar ciente de que, no ato da inscrição, devo declarar ser negro(a) ou indígena sob pena de não concorrer pela reserva de vagas;

**DECLARO** estar ciente de que participarei do processo seletivo em igualdade de condições com os demais candidatos no que concerne ao conteúdo das provas, à avaliação e aos critérios de aprovação, ao horário e ao local de aplicação das provas e à nota mínima exigida para todos os candidatos;

**DECLARO** ser negro(a) ou indígena, para fim de que me seja assegurado o direito à vaga prevista no item 2 do Capítulo VI do **Edital nº 1/2021-XXIVPSE-MPMS**;

**DECLARO**, ainda, estar ciente de que declarar falsamente é crime previsto na lei penal e que por ele responderei, independentemente das sanções administrativas, caso se comprove a inveracidade do declarado neste documento.

Nome da cidade, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2021.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do(a) candidato(a)



**ANEXO VI – MODELO DE DECLARAÇÃO DE NÃO EXERCÍCIO DE FUNÇÃO EM DIRETORIA DE  
PARTIDO POLÍTICO**

**DECLARAÇÃO**

Eu, \_\_\_\_\_ [nome], portador(a) do RG nº. \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_, **DECLARO**, para os fins do **Edital nº 1/2021-XXIVPSE-MPMS**, que não exerço função em diretoria de partido político.

Por ser a expressão da verdade, firmo a presente declaração.

Nome da cidade, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2021.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do(a) candidato(a)

Obs.: A declaração deverá ser entregue no momento da posse do(a) candidato(a).

**ANEXO VII - ÁREAS DE CONHECIMENTO PARA OS CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO**

✓ **BACHARÉIS EM DIREITO**

<b>ÁREA JURÍDICA</b>
Direito Administrativo
Direito Ambiental
Direito Civil
Direito Constitucional
Direito da Cidadania e das Fundações
Direito da Criança e do Adolescente
Direito da Moralidade Administrativa
Direito de Execução Penal
Direito de Família
Direito do Consumidor
Direito do Estado
Direito do Idoso
Direito Eleitoral
Direito Eletrônico ou Digital
Direito Falimentar
Direito Financeiro
Direito Imobiliário
Direito Internacional
Direito Legislativo ou do Processo Legislativo
Direito Militar
Direito Municipal
Direito Penal
Direito Processual Civil
Direito Processual Penal
Direito Público, <u>exceto</u> Direito do Trabalho, Direito Processual do Trabalho e Direito Previdenciário
Direito Registral e Notarial
Direito Sanitário
Direito Tributário ou Fiscal
Direito Urbanístico
Direitos Difusos e Coletivos
Direitos Humanos e Cidadania
<b>OUTRAS ÁREAS</b>
Cidadania
Ciências Penais ou Criminais
Ciências Políticas
Consumidor
Criminalística
Criminologia
Filosofia do Direito
Hermenêutica Jurídica
História do Direito
Idoso
Infância e Juventude
Medicina Legal
Meio Ambiente

Política Criminal
Psicologia Criminal
Psicologia Jurídica
Sociologia Criminal
Sociologia Jurídica
Teoria Geral do Direito

## ANEXO VIII - CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DA PROVA DISCURSIVA

**Estrutura e desenvolvimento do texto dissertativo-argumentativo:** é necessário que, em atendimento à proposta motivadora, desenvolva-se um texto que atenda às particularidades do tipo dissertativo, mas não apenas em sua vertente expositiva. Dado que se espera certo domínio do tema exigido, o candidato deve articular a(s) tese(s) em favor de sua abordagem de modo a reunir argumentos que consolidem a perspectiva adotada e atuem sobre outros sujeitos, orientando-os rumo à adesão de suas ideias.

**Organização e progressão textual:** é indispensável que, desdobrando-se em torno de uma temática específica, o candidato promova a correta hierarquização das partes que compõem o texto, relacionando informações já conhecidas com outras que demonstrem sua contribuição, nos limites que a prova discursiva e o contexto permitem para a discussão do assunto em pauta.

**Adequação temática:** é primordial que a prova discursiva atenda ao tema da proposta motivadora, demonstrando, a partir de sua abordagem, essa vinculação. Constatado o não cumprimento da adequação temática pelo candidato, justifica-se que o texto não seja considerado pela Banca Avaliadora, aplicando-se a ele a nota zero.

**Aspectos de coesão e coerência:** é fundamental que, no desenvolvimento da prova discursiva, os elementos linguísticos empregados pelo candidato na conexão das partes que a compõem, cumprindo funções sintático-semânticas específicas, evidenciem a relação adequada entre a configuração local e a global do texto, seja em movimentos anafóricos e/ou catafóricos, contribuindo, de modo decisivo, para perfazer uma totalidade na qual os princípios de unidade do sentido estejam sempre presentes.

**Emprego da norma culta da língua portuguesa:** é essencial que, na prova discursiva, evidencie-se o conhecimento do candidato a respeito da norma padrão da língua portuguesa, evitando-se erros de natureza gramatical de qualquer espécie, bem como se atestando a correta seleção vocabular em razão das especificidades do texto a ser desenvolvido e do contexto em que ele se insere.

Vale ressaltar, ainda, que os textos apresentados nas provas discursivas que recorram à repetição e/ou à simples paráfrase de fragmentos constantes nos textos da proposta motivadora serão penalizados na nota final do candidato, de acordo com a proporção dos trechos repetidos em relação à totalidade da redação.

Nos tópicos elencados abaixo, encontra-se a subdivisão em níveis, situados em ordem crescente de valoração (de 0 a 10 pontos), dos elementos considerados para a atribuição da nota à prova discursiva do candidato, obedecido o número de linhas no âmbito dos limites estabelecidos neste Edital.

Ao final de cada tópico, será levado em conta o valor do maior nível atingido, respeitando-se a pontuação máxima de 10,0 pontos por tópico.

### TÓPICO 1 – ESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO DO TEXTO DISSERTATIVO-ARGUMENTATIVO

#### NÍVEIS/CRITÉRIOS

**I -** Apresentação de exemplar do texto dissertativo-argumentativo inconsistente. Não há sequer organização de parágrafos que evidenciem a sua estrutura **(2,5 pontos)**.

**II –** Apresentação de exemplar do texto dissertativo-argumentativo precário. Há organização dos parágrafos, mas estes apresentam teor genérico, revelando entendimento mecanicista e superficial de textualidade, ou não contemplam a relação tese-argumentos em seu desenvolvimento **(5,0 pontos)**.

**III -** Apresentação de exemplar do texto dissertativo-argumentativo razoável. A organização dos parágrafos contempla a relação tese-argumentos, mas de modo equivocado **(7,5 pontos)**.

**IV -** Apresentação de exemplar do texto dissertativo-argumentativo consistente. A organização dos parágrafos contempla a relação tese-argumentos de modo adequado **(10,0 pontos)**.

## TÓPICO 2 – ORGANIZAÇÃO E PROGRESSÃO TEXTUAL

### NÍVEIS/CRITÉRIOS

**I** - Apresentação de informações, fatos e opiniões precariamente relacionados ao tema, incluindo-se citações descontextualizadas e/ou cuja contextualização revela-se inadequada, evidenciando-se desconhecimento efetivo do conjunto de reflexões em que aqueles se inserem **(2,5 pontos)**.

**III** - Apresentação de informações, fatos e opiniões pertinentes ao tema proposto, mas de forma limitada, apenas reproduzindo argumentos constantes na proposta da prova discursiva, contraditória ou desarticulada **(5,0 pontos)**.

**III** - Seleção de informações, fatos, opiniões e argumentos pertinentes ao tema proposto, organizados e relacionados de forma pouco consistente em defesa do ponto de vista destacado no texto **(7,5 pontos)**.

**IV** - Seleção, organização e elaboração, de forma consistente, de informações, fatos, opiniões e argumentos pertinentes ao tema proposto em defesa do ponto de vista destacado no texto **(10,0 pontos)**.

## TÓPICO 3 – ADEQUAÇÃO TEMÁTICA

### NÍVEIS/CRITÉRIOS

**I** - Desenvolvimento superficial do tema, marcado pela ausência de observações que acompanhem sua abordagem **(2,5 pontos)**.

**II** - Desenvolvimento razoável do tema, a partir de considerações próximas do senso comum **(5,0 pontos)**.

**III** - Desenvolvimento razoável do tema, com indícios de autoria, ainda que marcado pela presença de argumentos genéricos **(7,5 pontos)**.

**IV** - Bom desenvolvimento do tema, a partir de um repertório cultural produtivo e de considerações que fogem ao senso comum, apoiando-se em dados pertinentes ao contexto visado **(10,00 pontos)**.

## TÓPICO 4 – ASPECTOS DE COESÃO E COERÊNCIA

### NÍVEIS/CRITÉRIOS

**I** - Articulação inconsistente das partes do texto, com ausência de recursos coesivos, prejudicando, de modo significativo, a construção de sua coerência **(2,5 pontos)**.

**II** - Articulação precária das partes do texto e/ou apresentação de problemas frequentes no emprego dos recursos coesivos, prejudicando a construção de sua coerência **(5,0 pontos)**.

**III** - Articulação razoável das partes do texto, com problemas eventuais no emprego dos recursos coesivos, e pouco prejuízo para a construção de sua coerência **(7,5 pontos)**.

**IV** - Articulação adequada das partes do texto, sem equívocos ou com mínimas ocorrências deles na utilização de recursos coesivos, de modo que a construção de sua coerência não se encontra prejudicada **(10,0 pontos)**.

**TÓPICO 5 – EMPREGO DA NORMA CULTA DA LÍNGUA PORTUGUESA**

**NÍVEIS/CRITÉRIOS**

- I** - Domínio precário da norma padrão, com graves e frequentes equívocos gramaticais, de escolha de registro e de convenções da escrita **(2,5 pontos)**.
- II** - Domínio razoável da norma padrão, com equívocos gramaticais, de escolha de registro e de convenções da escrita, pouco aceitáveis nessa etapa de escolaridade **(5,0 pontos)**.
- III** - Bom domínio da norma padrão, com pontuais equívocos gramaticais e de convenções da escrita **(7,5 pontos)**.
- IV** - Muito bom domínio da norma padrão, com equívocos gramaticais e de convenções da escrita mínimos, ou sem ocorrência deles **(10,0 pontos)**.

**ANEXO IX - CRONOGRAMA DOS EVENTOS PRINCIPAIS DO XXIV PROCESSO DE SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS DO MPMS**

DATA	DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE
6/12/2021 a 24/1/2022	Período de inscrição geral
25/1/2022	Período de pagamento das inscrições
6 a 13/12/2021	Período de solicitação de isenção de taxa de inscrição
20/12/2021	Publicação do resultado da solicitação de isenção de taxa de inscrição
21 e 22/12/2021	Recurso do resultado da solicitação de isenção de taxa de inscrição
4/1/2022	Publicação dos recursos do resultado da solicitação de isenção de taxa de inscrição
1º/2/2022	Publicação da relação dos candidatos com inscrições deferidas
1º e 2/2022	Período para recurso das inscrições
7/2/2022	Publicação do resultado dos recursos e homologação dos inscritos
<b>13/2/2022</b>	<b>Prova escrita</b>
16/2/2022	Gabarito preliminar
16 e 17/2/2022	Período de recurso contra o gabarito preliminar
2/3/2022	Resultado preliminar e resultado da prova discursiva e dos recursos do gabarito
2 e 3/3/2022	Período de recurso contra o resultado preliminar e a prova discursiva
9/3/2022	Resultado dos recursos contra o resultado preliminar e a prova discursiva
9/3/2022	Publicação do resultado e da classificação final

**Eventual alteração das datas previstas será previamente comunicada aos candidatos por meio de edital.**